



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA

ELIZABETH MOURA GERMANO OLIVEIRA

**SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO NA ERA DO PADRÃO DE
DESENVOLVIMENTO LIBERAL-PERIFÉRICO (1990 a 2013)**

SALVADOR

2014

ELIZABETH MOURA GERMANO OLIVEIRA

**SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO NA ERA DO PADRÃO DE
DESENVOLVIMENTO LIBERAL-PERIFÉRICO (1990 a 2013)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de concentração: Economia do Trabalho e da Empresa.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Mattos Filgueiras

**SALVADOR
2014**

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Magalhães CRB5-960

Oliveira, Elizabeth Moura Germano
O48 Subimperialismo brasileiro na era do padrão de desenvolvimento liberal-periférico (1990 a 2013)./ Elizabeth Moura Germano Oliveira. _ Salvador, 2014.
95 f. : il.; graf. ; tab.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Economia, 2014.
Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Mattos Filgueiras.

1. Economia política. 2. Crise capitalista. 3. Teoria do desenvolvimento. I. Filgueiras, Luiz Antônio Mattos. II. Título. III. Universidade Federal da Bahia.

CDD – 330.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

TERMO DE APROVAÇÃO

ELIZABETH MOURA GERMANO OLIVEIRA

“SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO NA ERA DO PADRÃO DE
DESENVOLVIMENTO LIBERAL-PERIFÉRICO (1990 A 2013)”

Aprovada em 27 de fevereiro de 2014.

Dissertação de Mestrado aprovada como requisito parcial para
obtenção do Grau de Mestre em Economia pela seguinte banca
examinadora:

Prof. Dr. Luiz Antônio Mattos Filgueiras
(Orientador - PPGE/ECO/UFBA)

Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata
(PPGE/ECO/UFBA)

Prof. Dr. Laumar Neves de Souza
(UNIFACS)

A Fabio e Rafael

AGRADECIMENTOS

A Fábio, sempre, pelo incentivo, apoio e paciência. Por acreditar, torcer e esperar. Pelos conselhos tão pertinentes, pelas orientações e por me fazer “pensar fora da caixa”, principalmente, quando precisei resolver problemas ao longo dessa jornada. A Rafael, pequeno, mas já tão companheiro e compreensivo.

À minha família, especialmente à minha mãe, por tudo! À Meire, minha tia, segunda mãe, irmã e amiga. À minha segunda família, especialmente, minha sogra Therezinha.

Ao Prof. Luiz Filgueiras, pelo enorme privilégio de participar de suas reflexões sempre ricas e inteligentes, como aluna, orientanda e no grupo de pesquisa. Pelo exemplo de comprometimento, dedicação, trabalho sério e sensibilidade social. Pela paciência pra me orientar. Por ser uma verdadeira referência para minha vida acadêmica. Em boa medida, minha formação eu devo a você.

Aos professores Henrique Tomé da Costa Mata e Laumar Neves de Souza por terem aceitado participar da minha banca. Aos professores do grupo de pesquisa Cesar Vaz e Celeste Philigret, pelas contribuições importantes durante as reuniões e pela disposição pra ajudar quando preciso. Ao pessoal do grupo, Gabriela, Priscila, Aline, Vinícius, Manoel, Lincoln, Renan, Ive e Gustavo, pela torcida e pela companhia. Essa turma é *top* de linha. Um agradecimento especial a Gabriela. Graças a você iniciei na carreira docente. Aos meus amigos e colegas de mestrado Érica, grande companheira nesse percurso, Carol, Andressa, Ramon, Daniel, Cícero e Lucas, pelo estímulo, torcida, convivência, pelos bons momentos e pelos sofridos juntos também.

Aos professores do mestrado cujas disciplinas ou pesquisas de alguma forma se aproximam do meu trabalho: Balanco, Renildo, Gilca, Hamilton. Vocês me ajudaram indiretamente no amadurecimento dos meus estudos, através de suas aulas inspiradoras, de comentários e de livros emprestados. Enfim, vocês fizeram uma grande diferença na minha formação. Aos demais professores que eu tive no mestrado, Damásio, Tomé, Gentil e Gervásio, pela dedicação ao ensino. Aos funcionários da pós-graduação, Ruy, Max, Maiana e Jaqueline, pela atenção e pela ajuda.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro concedido para a realização do curso.

Retomar o fio da teoria da dependência como ponto de partida significa reencontrar o melhor do pensamento de esquerda, mas não supõe de modo algum que ela seja resposta suficiente à atual problemática. Pelo contrário, faz-se necessário assumi-la de modo criador, isto é, submetendo-a a uma revisão radical.

(Ruy Mauro Marini)

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo aprofundar os estudos a respeito da natureza do Padrão (Modelo) de Desenvolvimento Liberal Periférico brasileiro (1990-2013) e, mais especificamente, na sua fase mais recente, que corresponde ao período a partir do segundo governo Lula. Tendo em vista as controvérsias e as limitações no interior do debate sobre a economia brasileira recente —, dominado por uma concepção endogenista do desenvolvimento — buscamos uma perspectiva totalizante através da investigação da lógica que rege a dinâmica político-econômica do país em suas múltiplas dimensões, rompendo com a costumeira oposição entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo. Esta tarefa é feita a partir da integração analítica entre duas distintas matrizes teóricas: a noção de *padrão de desenvolvimento*, tal como elaborada por Luiz Filgueiras, e a noção de *subimperialismo*, formulada por Ruy Mauro Marini, nos marcos da Teoria Marxista da Dependência. A articulação entre essas duas abordagens teve a capacidade de enriquecer significativamente a interpretação a respeito do capitalismo brasileiro contemporâneo, de forma a fortalecer a visão de que o Brasil não é nem um país meramente dependente nem tampouco um país emergente. Com uma formação socioeconômica que ocupa uma posição intermediária na hierarquia entre os países no sistema mundial, o Brasil encontra-se no estágio superior do capitalismo dependente (o termo “estágio” não deve remeter à visão etapista do desenvolvimento, como a de Walt W. Rostow, por exemplo). Como o subimperialismo é um fenômeno dinâmico no tempo, não é possível transpor as análises originais feitas por Marini nos anos 1960/70 para o século XXI. Nossa proposta foi justamente investigar como o subimperialismo brasileiro se manifesta no interior no Modelo Liberal Periférico. Favorecido pela conjuntura internacional na última década, percebemos que o país intensificou um mecanismo *extra* (o outro é a superexploração da força de trabalho) para superar as contradições do capitalismo nacional: a apropriação de riqueza produzida pelos países vizinhos e pela África lusófona. Afastamos, com este trabalho, a tese de que emergiu alguma espécie de neodesenvolvimentismo na economia brasileira recente. A teoria subimperialista mostra que o protagonismo do Estado, a consolidação e o fortalecimento da hegemonia regional do Brasil num subsistema de poder sul-americano e a relação de cooperação antagônica entre o Brasil e os EUA estão a serviço, especialmente, dos grandes grupos monopolistas, tanto os predominantemente nacionais quanto os estrangeiros.

Palavras-chave: Subimperialismo. Dependência. Padrão de desenvolvimento liberal-periférico. Economia brasileira.

ABSTRACT

This dissertation aims to further study of the nature of the Standard (Model) Liberal Brazilian Peripheral Development (1990-2013) and, more specifically, in its most recent phase, which corresponds to the period from the second Lula government. Given the controversies and limitations within the debate the recent Brazilian economy - dominated by an endogenist concept of development - seek an overall perspective by investigating the logic that governs the political- economic dynamics of the country in its multiple dimensions, breaking with the usual opposition between neo-liberalism and neo-developmentism. This task is made from analytical integration between two different theoretical frameworks: the notion of pattern development, as elaborated by Luiz Filgueiras, and the notion of sub-imperialism, formulated by Ruy Mauro Marini, within the framework of Marxist Theory of Addiction. The link between these two concepts had the ability to significantly enhance the interpretation regarding the Brazilian contemporary capitalism, in order to strengthen the view that Brazil is neither a purely dependent country nor an emerging country. As a socio-economic formation that occupies an intermediate position in the hierarchy among countries in the world system, Brazil is the upper stage (the term "stage" should not submit to stageist vision of development, such as Walt W. Rostow, for example). As the sub-imperialism is a dynamic phenomenon in time, it is not possible to transpose the original analyzes by Marini in the years 1960/70 for the XXI century. Our goal was to investigate how precisely the Brazilian sub-imperialism manifests within the Liberal Peripheral Model. Favored by the international situation in the last decade, perceive that the country has intensified an extra mechanism (the other is the exploitation of the labor force) to overcome the contradictions of national capitalism: the appropriation of wealth produced by its neighbors and the Lusophone Africa. Move away, with this work, the idea that some kind of neo-developmentism emerged in recent Brazilian economy. The sub-imperialist theory shows that the role of the state, the consolidation and strengthening of regional hegemony of Brazil in the South American power subsystem and antagonistic cooperation relationship between Brazil and the U.S. are the service, especially the big monopolistic groups, both predominantly domestic and foreign.

Keywords: Subimperialism. Dependence. Pattern of liberal-peripheral development. Brazilian economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Exportações brasileiras para o mundo e para a China (em US\$ bilhões)	61
Gráfico 2	Participação da China e dos dez principais países de destino das exportações brasileiras (Em %)	61
Gráfico 3	Pauta exportadora do Brasil com China, produto por intensidade tecnológica, em US\$ bilhões	62
Gráfico 4	Pauta exportadora do Brasil, produto por intensidade tecnológica, em US\$ bilhões	63
Gráfico 5	Pauta importadora do Brasil com a China, produto/intensidade tecnológica (US\$ bilhões)	63
Gráfico 6	Pauta importadora do Brasil, produto por intensidade tecnológica, em US\$ bilhões	64
Gráfico 7	Balança comercial do Brasil com a China, produto por intensidade tecnológica, em US\$ bilhões	65
Gráfico 8	Balança comercial brasileira, produto por intensidade tecnológica, em US\$ bi	66
Gráfico 9	Balança comercial brasileira — em US\$ bi — 1995 a 2013	66
Gráfico 10	Transações Correntes — Brasil, em US\$ bi — 2000 a 2013	67
Gráfico 11	Apoio do BNDES aos investimentos privados na América do Sul – em US\$ milhões – média bianual	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Indicadores de Vulnerabilidade externa - 1999-2012 (%)	68
Tabela 2	Posição das empresas transnacionais brasileiras no ranking das 100 maiores empresas transnacionais das economias em desenvolvimento (segundo ativos no exterior)	78

LISTA DE SIGLAS

BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPar	BNDES Participações
BNH	Banco Nacional da Habitação
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
EUA	Estados Unidos da América
FED	Federal Reserve System
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FUNCEF	Fundação dos Economiários Federais
IDE	Investimento Direto Externo
IIRSA	Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MLP	Modelo Liberal Periférico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PC	Partido Comunista
PIB	Produto Interno Bruto
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PT	Partido dos Trabalhadores
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
ZEE	Zona Econômica Especial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	AS TEORIAS DA DEPENDÊNCIA E DO SUBIMPERIALISMO	23
2.1	A TEORIA DA DEPENDÊNCIA	24
2.1.1	Dependência e superexploração do trabalho	28
2.2	SUBIMPERIALISMO: HISTÓRIA E TEORIA	34
2.2.1	Etapa dos monopólios e capital financeiro como patamar superior do capitalismo dependente	37
2.2.2	O subimperialismo como um conjunto de padrões de reprodução	42
2.2.2.1	Esquema tripartite de realização	42
2.2.2.2	Padrão de reprodução do capital	43
2.2.2.3	“Esquema tripartite de realização” <i>versus</i> “padrão de reprodução do capital”	46
2.2.3	Política expansionista relativamente autônoma	47
2.2.3.1	Hegemonia em um subsistema regional de poder	48
2.2.4	Cooperação antagônica	49
2.2.5	Interpretações equivocadas	50
3	O PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO LIBERAL PERIFÉRICO	53
3.1	CONJUNTURA INTERNACIONAL	56
3.1.1	As relações comerciais entre Brasil e China e a inserção externa brasileira	60
3.1.1.1	Indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural brasileira	68
3.2	O BLOCO NO PODER E O PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO LIBERAL PERIFÉRICO	69
4	O SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO	75
4.1	A ÍNTIMA RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E A BURGUESIA INTERNA NA ERA LULA	77
4.2	O AVANÇO DA EXPORTAÇÃO DE CAPITAIS BRASILEIROS	80
4.3	CLASSE TRABALHADORA: A EMERGÊNCIA DA IMPORTÂNCIA DE SEGMENTOS PRECARIZADOS NO MERCADO INTERNO	82
4.4	A REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA	86
5	CONCLUSÃO	88
	REFERÊNCIAS	91

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação é resultado de parte dos esforços de interpretação do desenvolvimento capitalista brasileiro — na forma como ele se configurou no início dos anos 1990 e se reproduz até os dias de hoje — levado a cabo pelo grupo de pesquisa¹ do qual faço parte. De 2011 até o momento, os projetos do grupo se orientam no sentido de compreender a natureza do Padrão de Desenvolvimento Liberal Periférico em vigor no país nos últimos 24 anos.

No interior deste padrão, o período mais polêmico ou o que produz mais divergências de interpretações é aquele que se iniciou em 2005/2006. O retorno do protagonismo estatal desde o governo Lula, especialmente a partir de seu segundo mandato, fez emergir um debate a respeito da ruptura ou não com o modelo de desenvolvimento neoliberal dos governos anteriores, Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Fernando Collor de Melo. O aumento da taxa de investimento público, os projetos de infraestrutura econômica e social, os projetos de integração regional na América do Sul, os incentivos à exportação, a política externa que favoreceu as relações Sul-Sul em detrimento das relações com os EUA, a expansão das políticas sociais (focalizadas), o crescimento real do salário mínimo, o aumento do crédito e a redução das taxas de desemprego, entre outras mudanças, de fato, causam certo contraste com o cenário brasileiro anterior.

Diante do enigma que se coloca à nossa frente, interpretar um período histórico que ainda não terminou de acontecer, de fato, é uma tarefa extremamente complexa. Fala-se em pós-neoliberalismo e/ou (neo) desenvolvimentismo², nos setores à esquerda, e para setores à

¹ Este grupo de pesquisa, coordenado pelo Prof. Luiz Filgueiras, pertence à linha de pesquisa “Teorias do Desenvolvimento” e é uma parte integrante do Grupo de Estudos em Economia Política e Desenvolvimento (GEPODE) da Faculdade de Economia da UFBA.

² Este debate é representado, principalmente, pelas correntes autodenominadas “Novo-Desenvolvimentista” e “Social-Desenvolvimentista” ou “Desenvolvimentismo de Esquerda”. Integram a primeira corrente um conjunto de autores de variadas instituições brasileiras. Dois deles bastante conhecidos são: Luiz Carlos Bresser-Pereira (Escola de Economia da FGV-SP) e José Luís Oreiro (Instituto de Economia da UFRJ). Na segunda corrente estão autores, também de várias instituições, mas que se concentram, especialmente, no Instituto de Economia da UNICAMP, como, por exemplo, Ricardo Carneiro. Ricardo Bielschowsky, da UFRJ, também é um importante representante desta corrente. Para mais informações a respeito de cada uma ver, respectivamente, os sites do Centro de Estudos da Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento

direita³, o ciclo ascendente da economia brasileira não teria sido mais do que um reflexo das reformas econômicas liberais de Collor e FHC, associadas aos bons ventos vindos da conjuntura internacional fortemente favorável. Para estes últimos, poderia ter sido muito melhor se o governo Lula tivesse dado continuidade à política de austeridade fiscal. Eles condenam veementemente o que consideram o intervencionismo do Estado na economia.

Nossa pesquisa, por sua vez, pressupõe que o modelo neoliberal não foi deixado para trás e que ele se mantém firme até os dias de hoje. Não defendemos um continuísmo simplista entre os governos FHC e Lula, absolutamente. Sabemos que uma nova dinâmica se impôs e que houve certo reposicionamento do Estado. Também não ignoramos que amplos segmentos da classe trabalhadora se beneficiaram dos aumentos salariais, do crédito e do emprego. Mas acreditamos que as possibilidades de superação de problemas econômicos e sociais ainda são profundamente limitadas, tendo em vista que os elementos estruturais definidores do modelo de desenvolvimento não só foram mantidos como foram fortalecidos: a abertura comercial, a desregulamentação financeira e a livre mobilidade de capitais, a redistribuição de renda e riqueza a favor dos detentores de títulos da dívida pública (ou a hegemonia da lógica de acumulação financeira), o caráter oligopolista e internacionalista da economia brasileira, a inserção internacional subordinada, a vulnerabilidade externa estrutural, a instabilidade macroeconômica, entre tantos outros que poderiam ser citados. Este corresponde ao chamado Padrão de Desenvolvimento Liberal Periférico, em vigor desde o início dos anos 1900 até os dias atuais, conforme definido por Filgueiras (2013).

Neste padrão, podemos dizer que houve três distintos regimes de política econômica: até 1999, com o câmbio administrado e valorizado, política de ajuste fiscal e política monetária com taxas recordes de juros; entre 1999 e 2005, o tripé macroeconômico — superávit fiscal primário, câmbio flutuante e metas de inflação — em sua forma mais rígida; e, por fim, a partir de 2006, com a flexibilização quantitativa do tripé, no qual houve reduções das metas

(<http://cemacro.fgv.br>) e da Rede Desenvolvimentista (<http://www.reded.net.br>). Para conhecer algumas ideias do pós-neoliberalismo, ver o livro organizado por Emir Sader, “Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil” (2013).

³ Para maiores informações, ver *site* do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças, um dos principais *think thanks* da ortodoxia econômica do Brasil: <http://www.iepecdg.com/>.

de superávit fiscal primário, maiores intervenções no câmbio e interrupção da trajetória de queda das metas de inflação. Neste último período, aumentaram os investimentos públicos e, após a crise, avançou-se na flexibilização do regime.

Pois bem, mas se consideramos que não houve ruptura com o modelo de desenvolvimento, como explicar as novas dinâmicas e a reorientação do Estado? Como interpretar o Padrão de Desenvolvimento Liberal Periférico em seu período mais recente? Como afastar a tese do retorno do desenvolvimentismo? Como compreender o reposicionamento (parcial) do Estado em relação à economia?

Antes de tudo, é preciso deixar claro o que entendemos por *desenvolvimento*: o conceito trabalhado pelo grupo de pesquisa (e aqui) não converge com a ideia de “crescimento sustentado” ou com uma visão etapista⁴, segundo a qual o subdesenvolvimento seria um estágio que antecede o desenvolvimento. Tampouco se relaciona com a ideia de superação de problemas sociais, ambientais ou políticos, de forma abstrata e idealizada. Trabalhamos com a perspectiva do desenvolvimento das forças produtivas especificamente capitalistas de uma determinada formação social, procurando captar suas particularidades econômicas em um tempo histórico delimitado (FILGUEIRAS, 2013). A famosa frase “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, de André Gunder Frank⁵, é uma boa expressão da concepção aqui adotada. Isso significa que o Brasil não é um país atrasado, como se costuma dizer. Os sistemas econômico, político e social brasileiro são absolutamente contemporâneos; todos os seus problemas e limitações são a manifestação da síntese dialética entre desenvolvimento capitalista global e as particularidades de nossa formação social, desde sempre condicionada pelo primeiro.

Dito isso, podemos dizer que nos propomos a responder às perguntas feitas acima por meio da interpretação do padrão de desenvolvimento brasileiro de forma relacionada ao conceito de subimperialismo, categoria esta formulada no interior do programa de pesquisa da Teoria

⁴ As expressões “país emergente” e “país em desenvolvimento”, por exemplo, estão subsumidas a uma concepção etapista do desenvolvimento.

⁵ Como se verá na Seção 2, André Gunder Frank é considerado um dos intelectuais mais conhecidos da Teoria Marxista da Dependência, que também será discutida na próxima seção.

Marxista da Dependência (TMD), especialmente na versão de Ruy Mauro Marini. Em outras palavras, nos apropriamos de duas matrizes teóricas distintas (padrão de desenvolvimento e subimperialismo) e, identificando uma compatibilidade entre elas, fizemos uma integração analítica entre as duas a partir da percepção de que esta metodologia elevaria o potencial interpretativo do capitalismo brasileiro atual, sem, obviamente, esgotá-lo.

A noção de *padrão de desenvolvimento* utilizada nesta dissertação foi formulada por Filgueiras (2013). Ela é definida a partir de um conjunto de atributos, sendo que o principal deles é uma categoria do marxista Poulantzas chamada *bloco no poder*⁶, dada a sua capacidade de expressar e delimitar os demais. Os outros principais atributos são:

- 1) A natureza e o tipo de regulação da relação capital-trabalho.
- 2) A natureza das relações intercapitalistas.
- 3) O modo como o Estado se articula com o processo de acumulação.
- 4) O processo de incorporação do progresso técnico, a capacidade endógena de geração de inovações e a existência, ou não, de uma política industrial e tecnológica.
- 5) O modo de financiamento da acumulação, que diz respeito à importância de instituições financeiras públicas e/ou privadas e/ou do financiamento externo.
- 6) A estrutura de propriedade e distribuição de renda e da riqueza, bem como o conteúdo das políticas sociais.
- 7) A natureza da inserção internacional do país.
- 8) As formas de organização e representação política das distintas classes e frações de classes. (FILGUEIRAS, 2013, p. 381).

O padrão de desenvolvimento possui um maior nível de concretude em relação ao subimperialismo, pois incorpora em sua análise mais elementos históricos e é mais delimitado no espaço geográfico, ou seja, o padrão abrange mais aspectos qualitativos de um país em particular e de um determinado período de sua história. O subimperialismo, por sua vez, é uma categoria um pouco mais abstrata, pois trata de uma *fase* do capitalismo dependente, no interior da qual podem se suceder diversos padrões de desenvolvimento.

A partir disso, supomos que a apreensão da condição do Brasil como um país subimperialista serve para ajudar na compreensão da natureza do padrão contemporâneo de desenvolvimento

⁶ Bloco no poder — conceito formulado por Nicos Poulantzas nos marcos da teoria marxista do Estado — significa a unidade contraditória das diversas frações da burguesia, sob hegemonia de uma delas, em sua relação política com o Estado. O termo unidade diz respeito à convergência de interesses como capitalistas de um modo geral, e contraditória refere-se às divergências que surgem a partir das diferentes posições que cada capital ocupa no processo de reprodução, do seu tamanho ou da sua relação com o exterior (BOITO JR., 2006).

brasileiro. Neste contexto, acreditamos que a melhor forma de articular os dois conceitos — subimperialismo e o padrão de desenvolvimento — é por meio de dois atributos definidores deste último, quais sejam, o *bloco no poder* e a *natureza da inserção internacional*, tendo em vista os propósitos da investigação. Isso pode ser justificado pelo fato de que, como se verá na seção seguinte, o subimperialismo deve ser apreendido, simultaneamente, como a chegada do capitalismo dependente à *etapa dos monopólios e do capital financeiro* (dentro do bloco no poder, isso significa que as frações hegemônicas sempre correspondem aos monopólios privados da burguesia compradora e/ou da burguesia interna⁷) e como uma *posição na hierarquia entre os países no sistema mundial*.

Mas por que retomar uma ideia teorizada há 40 anos que foi marginalizada pelas ciências sociais desde os anos 1980? De uma forma resumida, pode-se dizer que no interior do debate a respeito das transformações pelas quais vem passando a economia brasileira, especialmente, a partir do segundo governo Lula, a literatura, de um modo geral (com ótimas exceções, felizmente, tanto marxistas, quanto pós-keynesianos e neoschumpeterianos⁸), se filia ao paradigma da Ciência Moderna⁹, cuja análise predominantemente reducionista deixa de captar dimensões fundamentais do nosso país. Dois aspectos cruciais dificilmente tratados de forma adequada são, em primeiro lugar, o fato de nossa economia ser profundamente internacionalizada e, em segundo, que ela é, digamos assim, um subsistema do capitalismo global. Normalmente, se tem uma visão endogenista¹⁰, segundo a qual a unidade básica de análise é o estado-nação/economia nacional, de tal forma que cada país é tratado como um capitalismo autônomo e as relações entre os países são completamente externas à sua constituição.

⁷ A burguesia interna — também um conceito de Poulantzas — se refere a uma fração da burguesia que se distingue da burguesia compradora (uma extensão da burguesia imperialista presente no interior do país) e da burguesia nacional, que no passado, em alguns países periféricos, se opôs ao imperialismo. A burguesia interna é uma fração intermediária, que não representa diretamente os interesses imperialistas, mas não necessariamente se opõe a estes (BOITO JR., 2006).

⁸ Não queremos dizer que todos os marxistas, pós-keynesianos e neoschumpeterianos são exceções.

⁹ Para um maior aprofundamento das questões relacionadas à metodologia e à epistemologia na área da Economia ver Prado (2009) e Prado (2011). Ver também seu blog no endereço: <http://eleuterioprado.wordpress.com>.

¹⁰ A visão endogenista está presente tanto em correntes ortodoxas quanto heterodoxas, podendo, portanto, situar-se à direita ou à esquerda política.

Mas não apenas por isso; outro problema, associado ao primeiro, também motivou a inserção nos estudos do subimperialismo e da dependência. Acreditamos ser uma falsa questão o debate levantado a respeito do retorno (ou não) do desenvolvimentismo.

O debate a respeito do retorno (ou não) do desenvolvimentismo, comentado mais acima, emergiu no cenário brasileiro da última década, dado o protagonismo do Estado no processo de expansão do capitalismo do país, o que acreditamos ser uma falsa questão. Sampaio Jr. (2012, p. 673) se referiu à contraposição entre desenvolvimentismo (o clássico, dos anos 1930 a 1970) e neodesenvolvimentismo (desde o governo Lula) da seguinte forma:

Tal contraposição revelará o abismo que existe entre a ideologia burguesa como utopia — expressão trágica de uma vontade política que não tinha condições históricas para se concretizar — e a ideologia burguesa como farsa — expressão falsificada de uma realidade que nega os próprios fundamentos da noção de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo em que sentimos as limitações deste debate, percebemos que estava em andamento a recuperação de outro paradigma, cujo processo também decorreu das insuficiências e limitações das interpretações contemporâneas em destaque. Este paradigma é justamente o da Teoria Marxista da Dependência, dentro da qual nasceu a noção de subimperialismo. Neste sentido, obras clássicas de autores do pensamento crítico latino-americano estão sendo publicadas recentemente no Brasil, alguns inéditos em português; livros de autores contemporâneos que estão resgatando criticamente a TMD estão sendo lançados; a quantidade de *papers* publicados e teses de mestrado e doutorado na área está crescendo nos últimos anos; o tema tem sido destaque em alguns periódicos nacionais, agrupando uma série de artigos a respeito; grupos de pesquisa estão se formando com o objetivo de aprofundar e atualizar os estudos sobre a dependência¹¹; enfim, está havendo um movimento, nos últimos quinze anos, de resgate e atualização crítica da economia política da dependência, que sinalizam o vigor e o potencial desta matriz teórica para um entendimento mais fiel e profundo da dinâmica recente do desenvolvimento brasileiro. Este trabalho coletivo está sendo liderado por uma nova geração do pensamento crítico latino-americano,

¹¹ Para conhecer a atual produção em torno da Teoria Marxista da Dependência, ver Prado e Castelo (2013), que realizaram um amplo levantamento da trabalhos feitos nos últimos 15 anos e oferecem “uma espécie de mapa bibliográfico” no interior deste marco teórico.

dentre os quais se destacam Osório (2012b), Luce (2011), Martins (2013), Almeida Filho (2013), Carcanholo (2013), Souza (2013) e Fontes (2010).

Neste contexto, o subimperialismo parece ser uma categoria capaz de dar conta em boa medida da complexidade da economia brasileira, considerando que este tipo de capitalismo se define a partir de uma síntese entre as dinâmicas político-econômicas externas e internas. Através dele é possível desvendar uma lógica que orienta e unifica as múltiplas dimensões do desenvolvimento brasileiro e, de forma simultânea e associada, mostrar que, apesar de o Brasil persistir na dependência, ele não pode ser colocado em pé de igualdade com a maioria dos países periféricos, como a Bolívia, a Colômbia e o Paraguai, por exemplo. Enquanto estes países são meros cedentes de valor, um país subimperialista é cedente e apropriador ao mesmo tempo: transfere valor aos países mais ricos e compensa parcialmente essa perda se apropriando de valor em países mais periféricos (OSÓRIO, 2012b).

Nossa hipótese, em particular, é que, nos anos 2000, a reativação do caráter mais ofensivo do subimperialismo brasileiro é uma expressão da ascensão da chamada grande burguesia interna no interior do bloco no poder. Observe-se, contudo, que isso não significa que o país tenha tomado o caminho de volta em direção ao antigo “desenvolvimentismo”. Como se poderá notar, isso ocorre, inclusive, em tempos neoliberais, e assim, em situação de subordinação do capital produtivo à lógica do capital financeiro; podendo ser, ainda, favorável à manutenção da hegemonia da burguesia financeira internacional, como se verá mais adiante.

Com o intuito de desvendar com maiores detalhes a natureza de caráter dependente do capitalismo brasileiro, elegemos como objeto de estudo o subimperialismo no interior do Padrão de Desenvolvimento Liberal-Periférico e, mais especificamente, na forma como ele se expressou na última década. Para isso, nos valem da teoria global do subimperialismo — apenas implícita no conjunto da obra de Marini, porém evidenciada por meio de um trabalho de sistematização e reestruturação realizado por Luce (2011). Seguindo as pistas dadas por este autor, a tarefa de estudar o subimperialismo requer o tratamento de um conjunto de determinantes econômicos e políticos que devem estar presentes de forma *simultânea* numa formação econômico-social particular: (i) a superexploração da força de trabalho; (ii) a transferência de valor; (iii) a composição orgânica média do capital/etapa dos monopólios e

do capital financeiro na economia dependente; (iv) o esquema tripartite de reprodução; (v) a cooperação antagônica com o imperialismo; e (vi) a hegemonia regional¹². Um *país dependente qualquer* se fundamenta tão somente na articulação entre os dois primeiros elementos, enquanto que a constituição de um *país subimperialista* depende da conjunção de todas as seis categorias.

Como se pode deduzir, uma apreciação completa e aprofundada do subimperialismo no Brasil é bastante abrangente, complexa e vai além das possibilidades de um trabalho de dissertação. Existe, certamente, a expectativa de se avançar futuramente na utilização desta categoria, no interior de um movimento de integração analítica com a Teoria do Sistema Mundial¹³, procurando aprofundar a compreensão das especificidades da formação econômica brasileira e do papel do Brasil como um elo fundamental da cadeia imperialista no sistema-mundo, e estabelecendo como eixo analítico aquilo que Marini afirmou ser o fundamento da dependência: a superexploração da força de trabalho. Por enquanto, fiquemos com um recorte mais restrito — porém, não apartado do “todo”.

O objetivo mais geral deste trabalho é aprofundar os estudos em torno do atual padrão de desenvolvimento brasileiro, de forma a identificá-lo como a manifestação do subimperialismo brasileiro na era do capitalismo financeirizado. Ao mesmo tempo, pretendemos validar a tese de que o Brasil é um país subimperialista, mostrando que esta categoria oferece uma capacidade explicativa de fenômenos aparentemente contraditórios ou desconexos. É comum, por exemplo, se dizer que apenas a política externa do Brasil é progressista, enquanto outras são conservadoras ou equivocadas; ou, em outros termos, que esta seria a única boa política do governo (especialmente, na Era Lula).

Os objetivos específicos podem ser divididos em três partes, que correspondem à divisão das seções da dissertação. Na Seção 2, primeiramente realizamos uma sistematização do debate

¹² Uma abordagem teórica do subimperialismo será vista com mais detalhes na Seção 2.

¹³ A Teoria do Sistema Mundial é estruturada a partir da articulação de quatro eixos teóricos: (i) a Teoria do Sistema-Mundo, de Wallerstein e Arrighi; (ii) a Teoria Marxista da Dependência (Marini e Theotônio dos Santos); as Teorias da Revolução Científico-Técnicas (Marx) e (iv) as Teorias dos Ciclos Longos, de Kondratiev, dos neo-schumpeterianos e de outros (MARTINS, 2009).

teórico passado e atual em torno da TMD, na qual foi traçado um panorama da Teoria da Dependência de um modo abrangente e, especialmente, de sua versão marxista. Em seguida, fizemos uma recuperação da teoria de Marini segundo a qual a superexploração da força é o fundamento da dependência. Na última parte da Seção 2, fizemos uma discussão teórica do subimperialismo, apresentando o contexto histórico que conformou a elaboração desta categoria. Neste momento do trabalho, adotamos a tese de Luce (2011) que, conforme adiantado acima, mostra a existência de uma teoria do subimperialismo em Marini. Esta subseção se baseou, em algum grau, na forma como a teoria foi estruturada por aquele autor.

Na Seção 3, a primeira tarefa foi apresentar o atual padrão de desenvolvimento brasileiro, fazendo uma análise mais geral sobre seus principais atributos, de sua dinâmica e de suas políticas macroeconômicas e evidenciando o eixo dinâmico do capitalismo do país. Procuramos, num primeiro momento, analisar a conjuntura internacional dos anos 2000 e o modo como a dinâmica externa se internalizou, começando pelo estudo da pauta exportadora entre o Brasil e a China até chegar às suas consequências na dinâmica interna da economia brasileira e, especialmente, no bloco de poder.

Na Seção 4, o objetivo foi fazer uma discussão do subimperialismo brasileiro na era do Padrão de Desenvolvimento Liberal-Periférico. Em primeiro lugar, analisamos as relações entre o Estado, os monopólios e o capital financeiro, especialmente a atuação do BNDES e dos grandes grupos econômicos predominantemente nacionais. Em segundo lugar, procuramos mostrar, principalmente, que a especificidade do expansionismo externo da última década apresentou a novidade de ser liderada pela exportação de capitais, sendo que da década de 1960 até 1990, predominou a exportação de manufaturados. Na terceira subseção, fizemos uma apreciação em relação ao mercado interno, destacando o novo papel que segmentos da classes trabalhadora estão cumprindo atualmente. E, por fim, fizemos breves considerações a respeito da política de hegemonia regional no subsistema de poder sul-americano e da relação de cooperação antagonica com o imperialismo.

Quanto à metodologia adotada, a concretização desta tese de dissertação se deu em duas etapas. Na primeira, de cunho teórico, foi necessária uma ampla sistematização do debate, principalmente, em torno da categoria da superexploração e do subimperialismo. Toda a

literatura — livros e *papers* — foi acessada pela internet ou através de livros impressos. Na parte empírica da tese, nas Seções 3 e 4, a concepção de Filgueiras sobre o padrão de desenvolvimento brasileiro e a teoria do subimperialismo, tal como estruturada por Luce (2011), orientaram os estudos. Através de levantamento bibliográfico e de dados estatísticos, fizemos as análises a respeito das políticas econômicas, da inserção externa e da dinâmica macroeconômica.

2 AS TEORIAS DA DEPENDÊNCIA E DO SUBIMPERIALISMO

O subimperialismo é uma das mais importantes categorias da Teoria Marxista da Dependência. Foi formulada por Ruy Mauro Marini, uma grande referência nas ciências sociais latino-americanas. Na década de 1960, Ruy Mauro — que já tinha o capitalismo dependente como objeto de estudo na época — percebeu que o subdesenvolvimento brasileiro já não era como o subdesenvolvimento dos demais países da América Latina. O capitalismo no Brasil tinha alcançado um estágio superior da dependência, que o autor, fazendo alguns paralelos com a teoria do imperialismo de Lênin e, simultaneamente, identificando as especificidades de um país periférico, classificou de *subimperialismo*.

No entanto, nos escritos de Marini, não existe uma formulação teórica explícita e sistematizada do subimperialismo, apesar de ser possível a identificação das bases para sua teorização no conjunto de sua obra. De acordo com Luce (2011), o peso das análises de Marini recaía sobre as questões empíricas, e os fundamentos do fenômeno, apesar de discerníveis em diversos trabalhos, foram tratados de forma descontínua, deixando algumas lacunas. Luce, um dos representantes da nova geração da TMD no país, realizou uma exegese da obra de Marini e conseguiu identificar, reunir e estruturar os elementos que conformam uma *teoria global do subimperialismo*. Considerando a pertinência e a importância desta tese, tomaremos a ideia de Luce como o principal referencial teórico (depois do próprio Marini) para uma melhor compreensão do tema e para a elaboração desta seção.

A discussão do subimperialismo no plano teórico ajuda a reconhecer o fenômeno em outros períodos históricos e/ou outras economias dependentes que não o Brasil da época da ditadura militar. Essa tarefa é especialmente importante quando se tem em vista o objetivo de compreender o subimperialismo brasileiro no interior do padrão de desenvolvimento liberal periférico — o que é feito na Seção 4 desta dissertação.

Lembrando que o subimperialismo é uma forma *exclusiva* do capitalismo dependente, começaremos pela discussão da própria TMD e, logo em seguida, da sua categoria central, a

superexploração do trabalho. Esta continua presente mesmo na etapa superior da dependência e gera as contradições que motivaram os esforços de sua superação pela via subimperialista.

Na seção seguinte, será feita uma discussão do subimperialismo através da história da categoria, discutindo-se simultaneamente seus principais elementos estruturantes. Na sequência, são discutidas algumas ideias equivocadas presentes na literatura a fim evitar mal entendidos conceituais e, por fim, evidencia-se a contribuição de Luce (2011) para algumas das atualizações teóricas necessárias, pois, como se pode notar abaixo, o subimperialismo está longe de expressar um fenômeno imutável.

Assim, como fenômeno histórico, o subimperialismo apresentaria um desenvolvimento no tempo, interregnos, momentos predominantes diferenciados, em que cada uma das variáveis se apresenta de forma transformada. Porém, sua capacidade de metamorfosear-se não o desproveria de suas características definidoras, são elas mesmas que, seguindo seu curso em relação umas com as outras, transformam-se no tempo. Um fenômeno vivo, repleto de contradições, as quais em seu conjunto ajudam a explicar a dinâmica do capitalismo dependente. (LUCE, 2011, p. 192).

2.1 A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

O paradigma da dependência surgiu em meados da década de 1960 e se tornou uma importante referência no pensamento social latino-americano até os anos 1970. Ele rompeu com o nacionalismo metodológico subjacente às teorias da modernização e da CEPAL (MARTINS, 2006) predominantes até então (e que voltaram a predominar desde os anos 1980 até os dias de hoje), cuja abordagem “[...] tende a tomar o estado/economia/sociedade nacional como o espaço relevante para o estudo da mudança social” (VIEIRA, 2013). Nesta linha analítica (do nacionalismo metodológico), as distintas trajetórias de desenvolvimento são tomadas como dinâmicas autônomas em relação ao sistema internacional e, por isso, procura-se, nos limites das fronteiras nacionais, identificar as variáveis e/ou estratégias explicativas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, para, de posse desse conhecimento, elaborar proposições normativas para os países não desenvolvidos (MEDEIROS, 2010). O nacionalismo metodológico não é exclusividade de nenhuma posição política em particular, ele pode ser identificado tanto em correntes progressistas quanto conservadoras.

O enfoque da dependência deslocou o problema para outra dimensão. O sistema mundial é o ponto de partida a partir do qual se deve interpretar as diversas formações econômico-sociais capitalistas. Porém, não existe apenas uma teoria da dependência. Este é um paradigma que reúne diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, que levam a distintas consequências no plano político a respeito do subdesenvolvimento. Há registros de vários tipos de classificação das correntes, que em síntese, poderiam ser divididas entre os dependentistas reformistas (subdivididos entre as correntes estruturalista e weberiana) e os dependentistas revolucionários (corrente marxista) (PRADO; MEIRELLES, 2010; DOS SANTOS, 1998).

A corrente estruturalista surgiu da crítica ou autocrítica das ideias cepalinas, quando os limites do desenvolvimento nacional autônomo ficaram mais evidentes. Os principais estruturalistas foram Oswaldo Sunkel, Celso Furtado (em parte de seus trabalhos) e Raul Prebisch, em sua obra final “O capitalismo periférico”. A segunda corrente foi liderada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que apesar de receberem diversas influências teóricas e de utilizar categorias marxistas, elas ficaram definitivamente subordinadas ao instrumental weberiano. E, por fim, a corrente marxista, representada, principalmente, por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Outros autores também são eventualmente citados como sendo um dos principais, tais como Orlando Caputo e André Gunder Frank. Este grupo refere-se a autores críticos do sistema capitalista, que aprofundaram a análise da dependência com a pretensão de sua superação pela via socialista (DOS SANTOS, 1998; MARTINS, 2006; PRADO; MEIRELLES, 2010).

Apesar de todas as diferenças, é possível apreender, de forma aproximada, a ideia geral que permeia o pensamento dos autores de todas as correntes por meio da definição de Dos Santos, segundo a qual dependência significa a situação em que as economias de determinados países são condicionadas e subordinadas ao desenvolvimento e à dinâmica de outro país (ALMEIDA FILHO, 2011).

Magnus Blomstrom e Bjorn Hettne, citados por Dos Santos (1998), identificaram quatro ideias centrais que estão presentes em todas as correntes dependentistas: (i) o subdesenvolvimento está profundamente relacionado à expansão dos países industrializados; (ii) o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são diferentes expressões de um mesmo

processo mundial; (iii) o subdesenvolvimento não é uma etapa que antecede a condição de desenvolvimento; e (iv) a dependência é, simultaneamente, um fenômeno externo e interno a cada formação econômico-social. Seus antecedentes imediatos, ainda de acordo com aqueles autores, são:

a) Criação de tradição crítica ao euro-centrismo implícito na teoria do desenvolvimento. Deve-se incluir neste caso as críticas nacionalistas ao imperialismo euro-norte-americano e a crítica à economia neo-clássica de Raul Prebisch e da CEPAL. b) O debate latino-americano sobre o subdesenvolvimento, que tem como primeiro antecedente o debate entre o marxismo clássico e o neo-marxismo, no qual se ressaltam as figuras de Paul Baran e Paul Sweezy. (DOS SANTOS, 1998, p. 10).

A corrente com a qual trabalhamos é, como já mencionado, a marxista. As reflexões dentro deste campo foram produto da conjunção de uma série de influências. Pode-se dizer que a Revolução Cubana foi aquela que estimulou e deu início à crítica às posturas dos partidos comunistas da América Latina. Essas críticas e seus posteriores desenvolvimentos teóricos se apoiaram, essencialmente, em Marx, e em autores marxistas da teoria do imperialismo e de suas consequências sobre a situação colonial — neles já havia a visão do capitalismo como um sistema mundial. Os principais deles são Hilferding, Rosa Luxemburgo, Kautsky, Lênin, Bukhárin e Trotsky. As formulações dirigidas para as especificidades do capitalismo periférico se inspiraram nas teorias que davam suporte às posturas revolucionárias, nos anos 1920, de José Carlos Mariátegui e Júlio Antônio Mella. Os dependentistas marxistas também se valeram dos aportes historiográficos de Caio Prado Júnior e de Sérgio Bagu, que analisaram “o papel da América Latina na consolidação do sistema mundial capitalista” (PRADO; MEIRELLES, 2010).

O impulso à formulação da TMD se deu, acima de tudo, a partir da visão da “nova esquerda” (MARINI, 2000) de que era preciso construir uma oposição à ideologia dos partidos comunistas, cuja hegemonia stalinista pressupunha a necessidade de uma revolução burguesa nos países dependentes (com a participação dos PCs) que antecederesse a luta pelo socialismo (PRADO, 2011; DOS SANTOS, 1998). De forma secundária, pode-se dizer que a produção da TMD também foi incentivada pela crítica às teses cepalinas, que, dentre outras, defendia a industrialização planejada pelo Estado como forma de o país periférico se tornar desenvolvido e, assim, superar o problema da histórica exclusão social.

A efervescência intelectual da época tinha motivações bastante concretas. Na década de 1960, se iniciou nos países da América Latina uma grande crise econômica, política e social que derrubou a concepção dos partidos comunistas de que seria possível e necessária uma aliança entre a burguesia nacional e a classe trabalhadora; e derrubou, também, a teoria desenvolvimentista da CEPAL. A profunda internacionalização do processo de industrialização levado a cabo a partir de meados dos anos 1950, cuja participação do investimento direto externo cumpriu um papel imprescindível, pôs fim à ilusão de um desenvolvimento nacional autônomo.

No interior da TMD, Ruy Mauro Marini foi aquele que mais avançou em termos de rigor teórico, o que pode ser observado através da leitura de sua obra mais importante, “Dialética da dependência” (MARINI, 2000). Esta chegou a ser “batizada” de “Manifesto Comunista dos trópicos” por Marques (2013), dado seu objetivo de convocar a classe trabalhadora latino-americana à luta socialista. Porém, muito mais que uma obra propagandística como aquela do século XIX, “Dialética...” foi produto de um rigoroso trabalho científico a respeito da realidade social da América Latina, que procurou desvendar as leis específicas que regem o desenvolvimento capitalista da região por meio do materialismo histórico.

Havia um ambiente amplamente propício ao debate na época, formado por intelectuais de várias partes da América Latina. Sediando a CEPAL e o *Centro de Estudios Socioeconómicos* (CESO), o Chile atraiu o melhor do pensamento crítico regional nas discussões a respeito do subdesenvolvimento e da dependência (PRADO, 2011; BAMBIRRA, 1983). A recepção de vários intelectuais exilados foi um estímulo adicional à construção de alternativas para os problemas da América Latina.

No entanto, no Brasil, a história foi muito diferente. Ou melhor, nas palavras de Prado (2011), houve um “não-debate”. Naturalmente, para quem conhece a história da ditadura militar brasileira, não é nenhuma surpresa que uma teoria de tal radicalidade tenha sofrido censura e perseguição política. Mas, observe-se que a versão marxista da teoria da dependência não sofreu “apenas” esse tipo de boicote. Para além de críticas, a TMD sofreu com problemas de interpretação importantes por parte de renomados cientistas sociais, sendo que o principal deles foi Fernando Henrique Cardoso (FHC).

A “interpretação” de FHC se difundiu entre os intelectuais brasileiros e se tornou a única versão válida da teoria da dependência no país, como se não tivesse havido um rico e imenso debate em torno do tema. A TMD somente começou a resgatar sua visibilidade há 15 anos, num contexto de movimentos sociais contestatórios do neoliberalismo na América Latina, da ascensão de governos “de esquerda” nos países da região, de avanço do capitalismo brasileiro sobre países vizinhos e da ascensão de correntes neodesenvolvimentistas. Mesmo que marginalmente, o trabalho de atualização crítica pode ser constatado através de várias publicações acadêmicas e surgimento de alguns grupos de estudo pelo país, conforme registrado em amplo levantamento da bibliografia no Brasil realizado por Prado e Castelo (2013).

2.1.1 Dependência e superexploração do trabalho

As primeiras concepções em torno da ideia de dependência no debate dos anos 1960 e 1970 foram fortemente influenciadas pela obra “A economia política do desenvolvimento”, de Paul Baran, lançada em 1957. Ele chamou a atenção para o caráter heterogêneo do capitalismo e para o fato de que os monopólios controlados a partir dos países centrais se apropriavam dos excedentes econômicos dos países periféricos (MARTINS, 2006).

André Gunder Frank “bebeu” diretamente nessa fonte para formular seu modelo analítico que dividia os países entre metrópoles e satélites, onde as primeiras se apropriavam dos excedentes gerados nos satélites por meio de relações comerciais e financeiras. Identificou ainda a existência de metrópoles e satélites internos a cada país, onde também ocorria tal transferência. Tal processo gerava o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, expressão de Frank que se difundiu amplamente. Sua obra impactou profundamente no debate na época, tanto pelas críticas geradas pelo radicalismo de suas ideias quanto pelo fato de que ajudou o marxismo latino-americano a voltar sua atenção para os problemas específicos da periferia (PRADO; MEIRELLES, 2010; MARTINS, 2006).

Marini (2000) afirmou que a conhecida fórmula sobre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” e suas conclusões políticas são impecáveis, e refutou as críticas dirigidas a Frank argumentando que, apesar de serem pretensamente teóricas, na verdade, não

passavam de críticas à semântica. O próprio Marini não deixou de fazer críticas àquele autor, mas o fez especialmente para dizer que a origem da situação de dependência não data do período colonial, como Frank dizia, mas sim do surgimento da grande indústria, quando se consolidaram as bases da divisão internacional do trabalho. Em outras palavras, ele queria destacar a mudança qualitativa que ocorre no século XIX na condição periférica da América Latina, quando da Revolução Industrial e da independência política das antigas colônias.

As ideias já “plantadas” desde a década de 1920 por Mariátegui e em 1957 por Baran, em torno da relação entre o interno e o externo, foram, de fato, desenvolvidas por Frank, mas foram Theotônio dos Santos e Ruy Mauro que aprofundaram as investigações sobre essa questão, colocando em evidência a *natureza dinâmica* daquela relação (MARTINS, 2006). Marini foi ainda mais longe, pois, com base na teoria do valor de Marx, e num nível de abstração maior que o alcançado por Theotônio (e, claro, menor que o de Marx), conseguiu não somente *identificar* e *caracterizar* a dependência, mas *explicar* o seu fundamento. Ao desvendar o processo da superexploração do trabalho como o fundamento da dependência, Marini deu sua maior contribuição e consolidou definitivamente a teoria marxista da dependência.

A ideia básica da TMD é a de que o capitalismo mundial se desenvolve através de um processo “desigual e combinado”, de caráter hierárquico e monopólico, que se expressa por meio de diferentes padrões de reprodução do capital em cada país ou região, entre os quais há transferência de valor dos países dependentes para os países centrais (MARTINS, 2013, p. 16-17).

Em sua obra mais importante, “Dialética da Dependência”, Marini explica como a condição de dependência da América Latina foi se conformando ao longo de sua história desde o período colonial. Ele quis mostrar que a subordinação deste subcontinente é uma situação que remonta à expansão comercial europeia do século XVI, quando do surgimento das colônias como produtoras de metais preciosos e gêneros exóticos cumpriu um papel crucial no desenvolvimento dos capitais comercial e bancário da Europa, da produção manufatureira e no favorecimento das condições para a emergência da grande indústria (MARINI, 2000).

A dependência, de fato, foi constituída a partir do momento em que ocorreram, simultaneamente, a Revolução Industrial no velho continente e a independência política das colônias, no início do século XIX. A partir daí, a dependência econômica se configurou através das relações comerciais e financeiras com a Inglaterra, através das quais a periferia exportava bens primários e importava manufaturas e capitais. Desenha-se, pois, a divisão internacional do trabalho que condicionará todo o (sub) desenvolvimento periférico latino-americano posterior. A industrialização nos países da periferia no século seguinte não significou outra coisa que a renovação de sua condição de dependência, ou seja, mesmo que a pauta exportadora tenha sido diversificada, a dependência renasceu sob uma nova forma e essa renovação continua ocorrendo a cada padrão de reprodução capitalista que surge na história (MARINI, 2000).

O progresso tecnológico levou os países do centro a um alto grau de produtividade, permitindo que se desenvolvessem com base, principalmente, na mais-valia relativa, enquanto aos países dependentes, sem condições de concorrer sobre a mesma base tecnológica dos primeiros, só restou o desenvolvimento predominantemente baseado na mais-valia absoluta. Estas duas formas constituem, na verdade, uma unidade de contrários. Os países ricos somente puderam se tornar realidade por meio da existência de uma periferia que lhes fornecesse alimentos e matérias-primas, de forma a liberar parte do proletariado do mundo desenvolvido para o trabalho na produção manufatureira, além de reduzir os custos do capital variável (bens-salário) e de parte do capital constante (insumos). A alta produtividade e a homogeneidade tecnológica inter-setorial nos países ricos torna possível a incorporação dos trabalhadores no mercado de consumo num padrão convergente ao consumo da classe capitalista.

A relação de dependência é assegurada pelos monopólios tecnológicos, comerciais e financeiros controlados pelos países ricos, bem como pelo dinamismo do progresso técnico impulsionado pela concorrência entre os capitais, que tem a periferia como objeto de disputa entre os competidores. Sendo assim, as relações comerciais e financeiras entre centro e periferia, apesar de expressarem uma troca de equivalentes no plano da circulação, tem subjacente uma dupla transferência de riqueza a favor dos países centrais: a primeira é por meio da exportação de bens com maior conteúdo tecnológico que, devido ao poder de

monopólio, permite que a burguesia internacional sustente uma diferença entre os preços e os custos reduzidos com a alta produtividade (mesmo que a concorrência leve à redução dos preços) e da exportação de capitais; a segunda se dá por meio da apropriação da mais-valia gerada nos países periféricos na produção de alimentos e matérias-primas exportados para o centro (MARINI, 2000; MARTINS, 2006).

Note-se que a linha de raciocínio de Marini se situa num primeiro momento no plano da *circulação*, quando trata das relações externas entre os países, mas inova ao buscar a fundamentação da dependência. Neste momento, ele adentra o plano da *produção* interno ao país periférico para explicar as razões da subordinação. A partir daí, ele aponta a especificidade do capitalismo dependente: a periferia, sem capacidade de evitar a transferência de riqueza no plano da circulação, ou seja, sem capacidade para competir com os países ricos, compensa parcialmente a perda de mais-valor através da *superexploração do trabalho* (MARINI, 2000). Isto significa o pagamento sistemático da força de trabalho abaixo de seu valor. Diferentemente da superexploração que ocorre em variados graus nos países centrais, especialmente, em períodos de crise, este é um processo *ininterrupto* na América Latina.

Osório (2004) chama a atenção para o fato de que a superexploração é uma categoria formulada com base n'O Capital, de Marx, mas que ela não existe como categoria na obra deste autor. Marx chegou a se referir à tendência de o capitalista pagar a força de trabalho abaixo de seu valor, conforme afirma Gorender (1983, p. 38).

Embora não descurasse a circunstância de que, na prática do regime capitalista, o salário pode situar-se abaixo do valor da força de trabalho, Marx pressupõe sempre, em todas as inferências do seu sistema teórico, a troca de equivalentes e, por conseguinte, a equivalência entre salário e valor da força de trabalho.

De acordo com Osório (2004), simplesmente não foi o caso de Marx dar um tratamento teórico a esta questão devido ao nível de abstração bastante elevado com o qual trabalhava. Ele estava no nível do capital em geral, suprimindo elementos históricos para investigar as leis que regem o modo de produção capitalista e, para isso, ele precisava pressupor que todas as mercadorias são pagas pelo seu valor, inclusive a força de trabalho.

Algumas questões metodológicas são consideradas cruciais para a correta compreensão das razões de a superexploração se constituir numa categoria na Dialética da Dependência. No pensamento marxista, existem diversos níveis de abstração e de unidades de análise, quais sejam: modo de produção, modo de produção capitalista, sistema mundial, padrão de reprodução do capital, formação econômico-social e conjuntura. Estes formam um sistema conceitual e categorial inter-relacionado; no entanto, os problemas que vão sendo identificados em cada diferente nível de abstração demandam também por categorias específicas, tais como imperialismo, dependência, intercâmbio desigual, superexploração etc. (OSÓRIO, 2004).

A superexploração da força de trabalho é uma categoria cujo significado não pode ser alcançado sem considerar a totalidade na qual está inserida. O estudo da superexploração só pode ser efetivo se estiver inserido na análise do próprio processo de reprodução do capital do país dependente, mesmo porque uma vez em marcha este mecanismo de compensação, ele próprio realimentará indefinidamente a condição subdesenvolvida (OSÓRIO, 2013).

Esta forma de compensação espúria se relaciona à conquista de posições monopólicas dos setores capitalistas dominantes na periferia efetivada por meio de associações com a burguesia internacional. Sem poder equiparar sua produtividade para evitar a transferência de riqueza e, lembrando que o objetivo primordial do capitalista é a busca por superlucros, a classe dominante associada “às bases tecnológicas, financeiras, comerciais e institucionais do capital internacional” eleva sua capacidade de apropriação de valor gerada por outros setores em seu país, mesmo sem participar da elevação da taxa de mais-valia (MARTINS, 2006, p. 179).

Esta transferência interna (no país dependente) inter-setorial, portanto, obriga os setores produtores de bens de consumo necessário a reagir no sentido de restabelecer sua taxa de lucro, e como o acesso à tecnologia que eleva a produtividade é restrito ao núcleo dinâmico do país, só lhe resta recorrer à superexploração da força de trabalho. Este processo termina por promover um descompasso entre o setor produtivo e as necessidades de consumo da população, pois o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor limita fortemente o poder de compra da classe trabalhadora, o que não ocorre sistematicamente nos países ricos,

nos quais a demanda dos trabalhadores cumpre um papel extremamente importante no dinamismo de suas economias.

Quatro diferentes mecanismos de superexploração podem ocorrer de forma isolada ou combinada: o prolongamento da jornada de trabalho, a intensificação do trabalho, o pagamento dos salários abaixo de seu valor e “o aumento da qualificação do trabalhador sem a remuneração equivalente ao incremento de valor da força de trabalho” (MARTINS, 2013, p. 17). A violação do valor da força de trabalho, portanto, é mais do que meramente o pagamento de salários insuficientes para a reprodução do trabalhador; a superexploração pode reduzir seu tempo de vida útil ou seus anos de aposentadoria, gerando efeitos colaterais sobre sua saúde física e psicológica, além de acidentes laborais (quando do aumento da intensidade do trabalho, por exemplo).

Em suma, a economia política da dependência de Marini não afirma que a superexploração é uma exclusividade dos países dependentes. Esse processo, de fato, é identificado também nos países imperialistas. O ponto é que esse mecanismo tem uma especificidade nos países da periferia latino-americana que condicionam as formas de reprodução do capital e as próprias bases sobre as quais se desenvolvem as lutas de classes no capitalismo dependente (OSÓRIO, 2013).

Cabe o alerta para o fato de que a TMD não precisa se esgotar nos trabalhos dos seus autores clássicos. É preciso superar alguns limites já identificados pela nova geração de pensadores latino-americanos de forma a renovar seu potencial crítico e de fornecer novos horizontes de atuação política. Osório (2012a, p. 170), por exemplo, faz uma crítica dizendo que o termo “superexploração” não é muito adequado, dado que sugere a ideia de uma *maior* exploração, quando, na verdade, ele pretende explicar a *violação* do valor da força de trabalho. Uma maior exploração é perfeitamente possível sem que se viole este valor, como é o caso do aumento da taxa de mais valia relativa, conquistada através do progresso tecnológico que, com o aumento da produtividade, reduz o valor real da força de trabalho.

Uma segunda limitação apontada por Osório (2012a) é a respeito da carência de estudos das diferentes formações econômico-sociais da América Latina. Isso é compreensível quando se considera o nível de abstração no qual trabalha Marini. No entanto, como o próprio Osório mostra, Vânia Bambirra avançou nesse sentido em “*El capitalismo dependiente latino-americano*”. Mais recentemente alguns autores como Almeida Filho (2013) e Luce (2007) também têm avançado nos estudos sobre o capitalismo dependente brasileiro.

O terceiro problema mostrado pelo autor é que a ideia de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” pode levar a uma postura de impotência entre aqueles que almejam a superação da condição de dependência, enquanto o poder político estiver garantido pela burguesia. Para sair desse impasse, Osório reclama por novas respostas e por novas investigações sobre o tema.

Por fim, uma quarta crítica relevante feita por Osório (2012a) é a respeito das deficiências na relação entre economia e política. Se o paradigma da dependência está associado à mudança social e à política em geral, é preciso que se façam algumas atualizações. Osório acredita que são necessários novos conceitos e categorias que possam cumprir a função de mediar as esferas da economia e da política e sugere que se considere três tipos de problemas:

en torno a los actores: estudios sobre la estructura social y los movimientos sociales y su papel en los procesos de cambio; *en torno a la democracia y a la ciudadanía*: el clima intelectual en el que surge la teoría de la dependencia condujo a una subvaloración de estos elementos, lo que reclama — al menos — una nueva ponderación; *hincapié en el cambio social y la revolución*: esta postura ha dificultado la comprensión de los procesos de reajuste, readecuación y permanencia que logra el capitalismo. (OSÓRIO, 2012a, p. 172, grifos do autor).

2.2 SUBIMPERIALISMO: HISTÓRIA E TEORIA

A categoria do subimperialismo foi formulada por Marini nos anos 1970 para interpretar uma nova forma de dependência brasileira que se constituiu a partir de meados dos anos 1960, em razão da nova divisão internacional do trabalho configurada no pós-guerra.

A origem do fenômeno se encontra na própria lógica do capital, que em sua necessidade de expansão internacional em meados do século passado, produziu certa diferenciação entre as

economias periféricas e, com isso, uma hierarquização no sistema global cuja complexidade superou a simples divisão anterior entre centro e periferia, fazendo emergir subcentros de acumulação capitalista¹⁴. A busca por economias periféricas, nas quais os grandes capitais dos países centrais pudessem dar continuidade ao seu processo de reprodução ampliada, teve como contrapartida o processo de industrialização levado a cabo em determinadas economias dependentes.

Portanto, tendo em vista o sistema mundial capitalista, o Brasil passou a ocupar uma posição intermediária em termos de composição orgânica média nacional do capital e, após atingir certo grau de monopolização e de certa maturidade do capital financeiro, se projetou também como economia expansionista, no sentido de orientar sua ação para conquistar mercados sub-regionais para onde pudesse exportar capitais e bens com maior valor agregado relativo, ou seja, o subimperialismo se dirigiu a outras economias periféricas situadas numa escala inferior à sua. Este processo exigiu do Estado um papel ativo no alargamento das fronteiras da acumulação, tanto como produtor, comprador ou financiador quanto promovendo políticas externas favoráveis ao grande capital.

Vale observar que o subimperialismo é uma categoria própria de economias dependentes. A conformação desse novo *status* do capitalismo brasileiro, a partir de meados dos anos 1960, não faz cessar a transferência de valor para economias imperialistas e continua sendo caracterizado estruturalmente pela superexploração da força de trabalho e pelo divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades sociais. Portanto, subimperialismo implica em dependência e não consiste num imperialismo de menor grandeza, conforme alerta Luce (2011, p. 19). Mesmo estando vinculado à teoria do imperialismo da época da II Internacional, o núcleo teórico do subimperialismo expressa as especificidades da dependência latino-americana.

O que a condição de país subimperialista permitiu foi um ganho de autonomia relativa no sistema mundial — decorrente da diferenciação no universo das economias subdesenvolvidas

¹⁴ Lei do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky.

—, que lhe deu condições político-econômicas de estabelecer mecanismos *adicionais* de compensação da transferência de valor que não mais se resumem à superexploração da força de trabalho; o Brasil também passou a ser apropriador de valor, porém de economias situadas numa escala hierárquica ainda mais periférica. Conforme Marini (2012b), o subimperialismo expressa uma dinâmica que busca contra restar a tendência de queda da taxa de lucro do capitalismo nacional, cuja manifestação se dá com o aprofundamento das contradições inerentes à reprodução ampliada. Corresponde à consolidação da hegemonia no bloco no poder do grande capital produtivo nacional associado ao imperialismo.

Após a leitura dos textos de Marini e de outros autores sobre os quais se apoia, as conclusões tiradas por Luce (2011, p. 106) permitem-nos enunciar os termos de sua hipótese a respeito da existência de uma implícita teoria global do subimperialismo:

Prevalendo relações sociais de produção regidas pela superexploração do trabalho em uma economia dependente, esta, após atingir a etapa dos monopólios e do capital financeiro, tornando-se uma economia de composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais, tenderá a apresentar novas formas de problemas no ciclo do capital; se, para o deslocamento destas contradições, for engendrado o esquema tripartite de reprodução — mercado externo, Estado e consumo suntuário — e uma política de cooperação antagônica em relação ao imperialismo dominante, assegurando a reprodução ampliada do capital, apesar da manutenção da dependência, e promovendo a hegemonia deste país no subsistema regional de poder, teremos o subimperialismo como forma particular do padrão de reprodução do capital.

O que Luce (2011) quer dizer, em outras palavras, é que o subimperialismo é uma totalidade que somente vem a emergir no capitalismo dependente quando se estabelece um nexo ou um vínculo entre seus elementos constituintes, quais sejam: (i) uma composição orgânica média do capital acima dos demais países periféricos ou certo grau de operação do capital financeiro e dos monopólios; (ii) o esquema tripartite de reprodução de mercadorias (mercado externo, Estado e mercado de bens suntuários) ou, em outros termos, o padrão de reprodução do capital; (iii) o exercício da hegemonia em um subsistema regional de poder e (iv) uma relação de cooperação antagônica com o imperialismo (LUCE, 2011).

O conjunto destas variáveis significa que a compreensão do subimperialismo deve levar em consideração a dialética entre diversas dimensões: ele é, ao mesmo tempo, um nível

hierárquico do sistema mundial, uma etapa do capitalismo dependente, um tipo de formação econômico-social e um conjunto de padrões de reprodução do capital (LUCE, 2013).

2.2.1 Etapa dos monopólios e capital financeiro como patamar superior do capitalismo dependente

Marini tomou da definição que Lenin e outros marxistas deram ao imperialismo um aspecto crucial para definir o subimperialismo: a fase dos monopólios e do capital financeiro. Isso não significa que os dois fenômenos (imperialismo e subimperialismo) sejam idênticos — mesmo porque o primeiro caracteriza o capitalismo dos países centrais e o segundo de alguns subcentros da periferia — mas que expressam o amadurecimento do sistema econômico em nível global e, com isso, o aprofundamento do caráter hierárquico entre as nações. A identificação desta “nova” fase no capitalismo brasileiro dos anos 1960/1970 é especialmente importante para diferenciar o que, de fato, é a essência do subimperialismo (etapa dos monopólios...) e o que são as formas através das quais ele se manifesta (expansionismo externo etc). Nas palavras de Ruy Mauro:

Finalmente, é preciso considerar que, diferentemente do que se diz, a característica central do imperialismo não é a exportação de manufaturas ou de capital, nem o controle de fontes de energia e matérias-primas, nem a partilha do mundo. Estas são, na verdade, as manifestações que assume a economia capitalista ao passar para a fase dos monopólios e do capital financeiro, como apontaram não somente Lênin, mas também Bukharin, Hilferding e outros autores marxistas que se ocuparam do tema. (MARINI, 2012b, p. 36).

A chegada à fase dos monopólios e do capital financeiro, seja nos países centrais ou nos periféricos, está diretamente relacionada a dois novos estágios do capitalismo — o primeiro iniciado no início do século XX e o segundo no pós-guerra — cuja totalidade equivale ao *sistema mundial*. Esta unidade de análise (sistema mundial), mais do que nunca, se tornou indispensável como ponto de partida para a interpretação das dinâmicas particulares de cada formação econômico-social (LUCE, 2011).

De forma específica, o surgimento do subimperialismo foi consequência, ao fim e ao cabo, da internacionalização do capital imperialista no pós-guerra. Neste período, grandes conglomerados americanos, principalmente, elevaram extraordinariamente a exportação de

capitais, ampliando seu raio geográfico. Pela primeira vez, o investimento direto externo (IDE) e, posteriormente, empréstimos e financiamentos, foram a sua forma predominante¹⁵. Entre 1955 e 1968¹⁶, o IDE total dos EUA deu um salto de US\$ 19,4 bilhões para US\$ 64,8 bilhões. Em 1968, os EUA realizaram um investimento direto de US\$ 11 bilhões na América Latina. O crescimento do IDE americano foi acompanhado de uma alteração na composição setorial: em 1929, a participação do IDE na indústria de transformação da América Latina era de 6,7%; em 1950, aumentou para 19,1%; e, em 1967¹⁷, foi para 32,3% (MARINI, 1977).

Ocorre que, no Brasil, Argentina e México, as participações da indústria manufatureira no total de IDE dos EUA nestes países foram, pelo menos, duas vezes maior do que a média latino-americana: 69%, 64% e 68%, respectivamente. Conforme Marini (1977), dentre os vários determinantes do investimento direto das multinacionais (infraestrutura de transportes e energia, disponibilidade de matérias-primas etc), no caso do Brasil, sem dúvida o custo da mão-de-obra teve um peso bastante significativo. Enquanto nos EUA, em 1967, o salário por hora era de US\$ 2,83, no Brasil era de US\$ 0,45. O resultado foi um processo extremamente assimétrico de industrialização entre os países periféricos. Produziu-se, assim, uma hierarquia no interior da periferia e, assim, desde meados do século XX o sistema mundial conta com a existência de subcentros econômicos (MARINI, 1977).

Pois bem, nem todos os subcentros que surgiram nesse contexto possuíam (nem possuem) capacidade de reunir as condições necessárias para a emergência do subimperialismo. Este surgiu apenas nos casos em que se promoveu um alto grau de monopolização e de operação do capital financeiro. A integração produtiva entre o centro e a periferia, de um modo geral, tende a reforçar o processo de centralização de capitais. Observe-se que a internacionalização do setor produtivo na periferia foi protagonizada por grandes empresas transnacionais, que já eram oligopólios em seus países de origem. Chegando à América Latina, o processo natural

¹⁵ Antes disso, as exportações de capital eram lideradas pela Grã-Bretanha e, eram, predominantemente, sob a forma de investimentos em carteira. Mais tarde, os EUA passaram à frente, mas o IDE era direcionado, sobretudo, ao setor primário (MARINI, 1977).

¹⁶ Os valores de 1968 ainda estavam incompletos, quando da elaboração do texto de Marini (1977).

¹⁷ Os valores de 1967 ainda estavam incompletos, quando da elaboração do texto de Marini (1977).

de monopolização foi acentuado por fusões e aquisições, que correspondeu a 43,8% das 1.325 filiais estrangeiras no continente (MARINI, 1977).

O *boom* financeiro, que nos anos 1960 havia se iniciado nos países ricos, se somou ao processo acima descrito nos anos 1970. O fluxo de capitais privados cresceu aproximadamente 82% entre 1969 e 1972, passando de US\$ 45 bilhões para US\$ 82 bilhões no período, e superando a participação dos fluxos de capitais governamentais e de instituições multilaterais. Para atrair esses capitais e se colocar na linha de frente entre os países receptores, o Brasil providenciou uma ampla modificação em sua estrutura institucional e jurídica. Nas palavras de Marini,

Lanzado en a órbita del capital financiero internacional, el capitalismo brasileño haría todo por atraerse el flujo monetario, aunque no fuera capaz de asimilarlo íntegramente en tanto que capital productivo y debiera reintegrarlo al movimiento internacional de capitales. (MARINI, 1977, p. 19).

A partir de 1965, alargaram-se as vantagens já existentes ao capital estrangeiro, por meio da alteração da Lei N°. 4.131, de 1962, de forma a permitir empréstimos em dinheiro entre empresas locais e estrangeiras. Novas mudanças legais ocorreram a partir de 1967, no sentido de favorecer o financiamento do capital fixo e de giro das empresas locais através de créditos internacionais intermediados por bancos comerciais e de investimento no país. Em suma, a intensidade em que se deu a *integração produtiva*, demandava também sua *integração financeira*, pois era preciso garantir a plena circulação do capital investido e a sua realização¹⁸. O estabelecimento de um novo marco legal foi apenas uma dentre uma série de providências que o Estado brasileiro tomou nessa direção.

O próprio capital financeiro aprofunda as contradições existentes, pois, ao potencializar a capacidade de investimento das empresas, termina por elevar exponencialmente sua escala de operações. Uma das consequências é o crescimento desproporcional entre a produção e o consumo, onde, de um lado, a produção precisa crescer para garantir a valorização ampliada do capital e é impulsionada pela interpenetração entre o capital bancário e produtivo; e, de

¹⁸ Além da necessidade de valorizar o capital no circuito financeiro.

outro, o ritmo de crescimento do consumo nunca se equipara com o ritmo da produção, pois está estruturalmente limitado pela superexploração da força de trabalho. Dessa forma, a etapa dos monopólios e do capital financeiro, ao mesmo tempo em que integra os sistemas produtivo e financeiro entre centro e periferia, integra também as burguesias locais e internacionais, cujo poder econômico assegura o poder político e, com isso, o Brasil reúne as condições mínimas para “ascender” ao *status* subimperialista.

A ideia de que o Brasil tornou-se subimperialista recebeu críticas tanto nos anos 1970 quanto hoje. Dentre as principais daquela época, feitas por Fernando Henrique Cardoso e José Serra, por José Augustín Silva Michelena e por Samir Amin, pode-se tomar um trecho escrito por Luce (2011, p. 80) que sintetiza bem o problema:

Se o subimperialismo fora pensado à semelhança do imperialismo central e este último tem na exportação de capital o seu elemento determinante, os países chamados subimperialistas não se encaixariam nessa definição, dado que são importadores líquidos e não exportadores de capital.

Os argumentos para a refutação desta crítica, de certa forma, já foram expostos no início desta seção, quando se destacou que o que define o imperialismo não é a exportação de capitais, mas sim a chegada de uma economia à fase dos monopólios e do capital financeiro. Os críticos acima incorreram numa confusão conceitual e o próprio Marini afirmou:

Tudo isso mostra que a discussão se encontra mal colocada e é necessário definir com mais precisão os termos do debate. A teoria leninista do imperialismo — ela própria um desenvolvimento da teoria política marxista destinado a explicar as novas tendências do capitalismo mundial no início do século XX — é um ponto de referência obrigatório para o estudo do subimperialismo, mas não pode ser invocada para impedir que este estudo se concretize. E não pode sê-lo, entre outras razões, porque se refere ao *imperialismo*, e não ao *subimperialismo*. (MARINI, 2012b, p. 37, grifos do autor).

Mesmo para quem tem em conta a correta definição de imperialismo, como Souza (2013), o *status* teórico do subimperialismo ainda assim é contestado. Segue abaixo o conteúdo de sua crítica principal.

Agora o que mais chama atenção nos textos de Marini e de seus seguidores atuais é a imprecisão quanto ao entendimento do que seja capital financeiro, cuja existência

não pode ser deduzida de articulações entre setor bancário e produtivo/comercial por meio do sistema de crédito ao consumo, mas sim a partir da definição leninista [...]. (SOUZA, 2013, p. 149-150).

Mais adiante ela complementa: “O processo de desenvolvimento capitalista no Brasil não logrou a conformação do capital financeiro a partir da fusão entre capital bancário e produtivo, o que não implica numa impossibilidade estrutural” (SOUZA, 2013, p. 150).

Acreditamos que a análise da questão do capital financeiro não deve se circunscrever ao âmbito nacional desde que se estabeleceu o capitalismo financeirizado dos anos 1970 até hoje. A industrialização brasileira desde os anos 1950 se deu de forma *pari passu* à internacionalização de sua economia como um todo e este processo vem se aprofundando cada vez mais ao longo do tempo¹⁹. Dado que as empresas vêm passando por um grande processo de financeirização no mundo inteiro, esta nova realidade também se faz presente no Brasil. Hoje em dia, os novos arranjos nos controles acionários das corporações fizeram emergir um sistema bastante complexo que dificulta significativamente a identificação do que é, de fato, nacional e estrangeiro. Cabe mencionar aqui um trecho de Braga (2013), referência obrigatória²⁰ no debate teórico a respeito da financeirização no capitalismo contemporâneo e que, ciente da complexidade envolvida na discussão, procura “separar o ‘joio do trigo’” nas análises presentes na literatura. Em determinada parte de seu texto, ele diz:

Nesses movimentos, se insere a interdependência patrimonial — e não apenas comercial e creditícia, como antes — dos proprietários dos principais países industrializados, pela qual seus ativos e passivos estão conectados a ponto de tornar a gestão público-privada da riqueza forçosamente interativa e supranacional, ainda que sem a coordenação virtuosa pretensamente almejada pelo antigo G-7 ou pelo atual G-20. (BRAGA, 2013, p. 126).

¹⁹ O fortalecimento da burguesia interna, nos anos 2000, não implica em nenhuma contradição neste sentido.

²⁰ Sua tese “Temporalidade da riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo” foi precursora no tema da financeirização (BRAGA, 2013, p. 119). Conforme Prado (2013), “Para ser justo com a historiografia da ciência econômica e com a tradição brasileira de crítica da economia política, este artigo deveria se concentrar nos textos de José Carlos Braga. Pois, já em 1985, em sua tese de doutorado (1985), ele desenvolveu uma compreensão abrangente da financeirização tendo em mente apreender certas características importantes do capitalismo emergente ao fim do século XX.”.

O equívoco da ideia de Souza (2013), portanto, estaria não no conceito em si de imperialismo de Lênin que ela conhece sem problemas, mas na transposição histórica da noção de *capital financeiro* sem a devida consideração das novas configurações da economia internacionalizada contemporânea, na qual a interconexão entre os mercados de crédito e de capitais é um traço essencial dos novos tempos e a financeirização se define como um padrão sistêmico de riqueza (BRAGA, 2013).

2.2.2 O subimperialismo como um conjunto de padrões de reprodução

Além de o subimperialismo ser visto como uma etapa do capitalismo dependente — questão discutida na seção anterior — ele também deve ser concebido como um conjunto de padrões de reprodução do capital. Esta dimensão não foi apresentada nestes termos na obra de Marini. Na verdade, ela corresponde mais diretamente à atualização teórica feita por Luce (2011), a partir da articulação entre as próprias categorias trabalhadas pelo primeiro, e tem como base a ideia de que “o eixo do esquema subimperialista está constituído pelo problema do mercado” (MARINI *apud* LUCE, 2013b, p. 136).

2.2.2.1 Esquema tripartite de realização

Originalmente, este problema foi discutido por meio da noção de *esquema tripartite de realização*, no qual: (i) o mercado externo, (ii) o Estado e (iii) o consumo de bens suntuários, se constituem no tripé subimperialista capaz de deslocar as contradições inerentes ao capitalismo dependente. Ruy Mauro colocou em evidência o desajuste entre a produção e o consumo, gerado, por um lado, pelo elevado crescimento dos setores dinâmicos da economia, alimentado pelo capital financeiro; e, por outro, pelo aprofundamento da superexploração da força de trabalho, limitando ainda mais o poder de compra da classe trabalhadora. Neste processo, surgiram problemas de realização e de reprodução que demandaram novas soluções (MARINI, 2012b). E aqui é importante chamar a atenção para uma confusão recorrente que imputa a Marini a tese estagnacionista. Ele, na verdade, *contesta* esta tese, já que não considera os problemas de realização como permanentes. O próprio projeto subimperialista se expressa como uma contratendência guiada para a superação das contradições que se colocaram no ciclo de reprodução. Em outras palavras, foram criadas novas maneiras de recuperar a unidade entre as esferas da produção e da circulação (LUCE, 2011).

No esquema tripartite, o mercado externo foi a *primeira* “solução” para o problema de mercado; desde a crise de 1962-67 já se notava um crescimento das exportações de bens-salário. Mas não só. Na década seguinte, após 1973, a exportação de automóveis, a partir de uma articulação que passou pelo Estado, se constituiu numa solução para a manutenção do padrão de reprodução vigente, dado que o setor automobilístico representava o eixo dinâmico da economia brasileira. No entanto,

é preciso tempo para fazer da exportação uma solução para os problemas de realização apresentados pelo sistema e, enquanto isso, o sistema terá não apenas que manter e agravar a exploração das massas (com todas as implicações políticas disso), mas também deverá contar com uma válvula de escape. (MARINI, 2012b, p. 264).

Assim, o Estado entrou como a *segunda* solução, que desempenhou “seu papel mediante a criação de um complexo militar-industrial e de uma política de investimentos governamentais e de créditos e subsídios estatais” (LUCE, 2011). O Estado deslocou, simultaneamente, contradições tanto do capital-dinheiro (primeira fase da circulação) quanto do capital-mercadoria (segunda fase da circulação).

A militarização do capitalismo brasileiro não é acidental nem circunstancial. É a expressão necessária da lógica monstruosa do sistema, como o nazismo o foi para a Alemanha dos anos 1930. (MARINI, 2012b, p. 265).

E, por fim, o mercado de bens suntuários representou o *terceiro* componente, que se consolidou com a concentração de renda entre a alta classe média e a classe capitalista. O Estado cumpriu um papel relevante para alavancar este mercado por meio da concentração de renda e de políticas de crédito.

2.2.2.2 Padrão de reprodução do capital

Luce (2011) percebeu que os termos dos problemas de mercado identificados por Ruy Mauro podem ser apresentados de forma mais precisa por meio da noção de *padrão de reprodução*

*do capital*²¹, elaborada preliminarmente por Marini (2012a), a partir da análise do ciclo do capital na economia dependente.

Mais recentemente, Osório (2012b), um dos principais expoentes da atualidade no pensamento crítico latino-americano e, especialmente, da TMD, deu um acabamento mais refinado à teoria, propondo que o *padrão de reprodução do capital* se constitua numa categoria que venha a preencher uma lacuna existente no corpo teórico marxista no que diz respeito aos níveis de abstração. Trata-se de uma inovação contemporânea no paradigma da dependência, que fornece maior poder interpretativo da economia política de países ou regiões em tempos históricos determinados e abrindo possibilidade de análises concretas mais realistas devido à sua natureza totalizante. Uma breve apresentação desta proposta será útil não apenas para a apreensão teórica do subimperialismo, mas para mostrar a compatibilidade analítica com a noção de *padrão de desenvolvimento*, tal como elaborada por Filgueiras (2013), utilizada para a análise do capitalismo brasileiro contemporâneo na Seção 3.

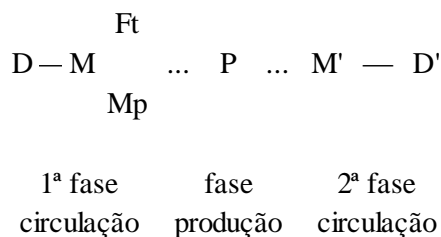
Como se sabe, o nível de abstração no qual Marx trabalhou n'O Capital foi bastante elevado, no qual os elementos históricos e geográficos não cumprem um papel fundamental na investigação das leis que regem o modo de produção capitalista. Para além deste, Osório (2012b) mostra que existem, no marxismo, distintos graus analíticos discriminados conforme seu nível de abstração que, do mais abstrato ao mais concreto, são: (i) modo de produção; (ii) modo de produção capitalista (objeto de estudo de Marx); (iii) sistema mundial; (iv) formação econômico-social e (v) conjuntura.

Todos eles são constitutivos do mesmo conjunto teórico marxista, porém cada qual com suas respectivas categorias. A proposta é que o padrão de reprodução do capital se articule com os demais níveis analíticos como uma dimensão *intermediária*, situando-se entre os três mais abstratos e os dois mais concretos. Neste nível, ele ainda necessita se utilizar de conceitos e metodologias dos níveis mais abstratos, mas também requer conceitos e metodologias próprios. Nas palavras de Osório (2012b, p. 41):

²¹ Ou, alternativamente, esquema tripartite de reprodução.

A reprodução do capital assume formas diversas em diferentes momentos históricos, devendo se readequar às mudanças produzidas no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho, reorganizando a produção sobre novos eixos de acumulação e/ou novos valores de uso. *Isso permite historicizar a reprodução do capital* e diferenciar os padrões que se estabelecem. Historicizar a reprodução do capital implica compreender as condições que tornam possível o ascenso e o auge de um padrão assim como seu declínio e crise, ao mesmo tempo que se consideram os momentos de transição, nos quais um antigo padrão não termina de desaparecer ou constituir-se em padrão subordinado e outro novo não termina de amadurecer ou converter-se em padrão dominante. (grifos do autor).

Sabe-se que o processo de valorização do capital exige que ele percorra, de forma ininterrupta, as esferas da produção e da circulação, que se expressa nos ciclos do capital-dinheiro, do capital produtivo e do capital mercadoria e cuja unidade corresponde ao capital industrial. Dado que o objetivo da produção capitalista é a geração de valor de troca com fins de acumulação, o capital industrial é representado pelo ciclo do capital monetário (OSÓRIO, 2012b). Segue ilustração desta fórmula abaixo:



Onde D é dinheiro, M é mercadoria, Ft é força de trabalho, Mp é meios de produção, P é produção, M' é mercadoria com novo valor e D' é dinheiro maior do que D. A inovação que Osório propõe é o estudo de como esse ciclo se manifesta, não no capitalismo em geral, mas “em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados” (2012, p. 40). Essa tarefa implica na identificação de: (i) quem, quanto e em que se investe (D); (ii) onde e quais são os meios de produção adquiridos (D-Mp); (iii) quantidade, qualificação e tipos de contratos da mão-de-obra (D-Ft); (iv) as formas como o capital explora a força de trabalho (prolongamento da jornada de trabalho, produtividade, intensificação e organização do trabalho) e; (v) mercados de destino da produção, tipos e quantidade dos valores de uso produzidos. Outras questões importantes que o estudo do ciclo em si não permite compreender, mas que Osório incorpora no seu esquema do padrão de reprodução são: (i) o lucro, a taxa de lucro média e o lucro extraordinário; (ii) a reprodução das contradições; (iii)

as crises; (iv) as políticas econômicas; (v) os impactos territoriais; (vi) o sistema mundial e a divisão internacional do trabalho e; (vii) as ondas longas e a mundialização²² (OSÓRIO, 2012b).

2.2.2.3 “Esquema tripartite de realização” versus “padrão de reprodução do capital”

Por que Luce (2011) sugeriu que o problema de mercado é melhor representado pela noção de *padrão de reprodução* do que pelo de *esquema tripartite de realização*? Simplesmente porque o *esquema tripartite* corresponde ao deslocamento de contradições não somente gerados na *realização*, mas também no *investimento* e na *produção*. E essa preocupação já estava presente no próprio Marini. Mesmo quando ele nomeou com o termo *realização*, o esquema indicava que o Estado não se restringia aos problemas da segunda fase da circulação ($M' - D'$), quando contribui com compras estatais, com subsídios à exportação, com política externa que garante mercados em outros países, redistribuição regressiva de renda que favorece o consumo suntuário etc. Ele mostrou que o Estado cumpria uma importante função tanto na primeira fase da circulação ($D - M$), através de investimento público em capital fixo, de subsídios e de créditos aos investimentos privados, quanto na fase da produção (P), onde participava por meio de empresas estatais.

Dizer que o subimperialismo ‘está constituído pelo problema do mercado’ significa que o país subimperial logra deslocar através da expansão subimperialista os problemas de realização da economia dependente na segunda fase da circulação ($M' - D'$). E logra mitigar alguns efeitos estruturais da dependência na primeira fase da circulação ($D - M$) e no processo de acumulação em escala ampliada: o capital financeiro em operação no país e as empresas produtivas inscritas em sua lógica e que assumem a configuração de trustes capitalistas nacionais — nunca desvinculados do capital estrangeiro, tenha-se presente — conseguem apropriar-se de lucro extraordinário, seja liderando internamente a produção em seus ramos respectivos, seja operando em outras economias submetidas à expansão subimperial, apropriando-se de valor produzido nas nações mais débeis. (LUCE, 2013b, p. 137).

Marini já sabia da importância de se estudar o ciclo do capital em suas três fases, desde que “se conformou um setor de produção para o mercado interno que assumiu progressivamente o papel hegemônico na dinâmica econômica” (2012a, p. 21). Portanto, a visão de que a

²² A proposta de Osório é bastante abrangente e se constitui num verdadeiro programa de pesquisa. Por isso, sua exposição aqui foi necessariamente bastante sucinta.

dependência gera contradições tanto nas esferas da circulação quanto da produção está comprovada em diversos escritos do autor (LUCE, 2011).

Os distintos padrões de reprodução do capital expressam as distintas manifestações históricas do subimperialismo. A condição de país subimperialista, uma vez alcançada, se perpetua na história; porém, a evolução do sistema mundial, com as transformações na divisão internacional do trabalho e as diferentes conjunturas renovam as formas pelas quais os problemas da dependência são (parcialmente) contornados.

2.2.3 Política expansionista relativamente autônoma

Marini (1977) evidenciou, em sua discussão sobre o subimperialismo, que este fenômeno não se resume ao campo econômico. Existe uma dimensão política bastante importante e que está, logicamente, imbrincada com a necessidade de expansão dos capitais privados. A dimensão política do subimperialismo, conforme será visto neste tópico, nada mais é do que a expressão do poder econômico das burguesias locais — necessariamente subordinado ao poder imperialista — derivado se sua integração produtiva com as burguesias dominantes e de sua articulação com Estado. Certamente este processo foi (e é) condicionado pelos interesses da burguesia internacional, considerando que a economia brasileira é profundamente internacionalizada, e também, pela luta de classes²³.

O poder político, obviamente, não é uma constante no tempo; depende tanto da conjuntura internacional quanto da correlação de forças internas ao país. Mas, num país subimperialista, mesmo que estas variem em algum grau em cada período histórico, o avanço do capitalismo requer que se coloque em marcha uma política expansionista relativamente autônoma, tal como apontado por Ruy Mauro:

²³ Como será visto na Seção 3, no governo Lula, a luta de classes foi atenuada parcialmente quando se compara ao período FHC, pois o lulismo foi favorecido pela conformação da chamada “frente neodesenvolvimentista” (BOITO JR., 2012b), que aglutina os interesses de várias frações de classes, tanto burguesas quanto trabalhadoras. Isso contribuiu para legitimar as políticas do governo, tanto interna quanto externa.

Hemos definido, en otra oportunidad, al subimperialismo como la forma que asume la economía dependiente al llegar a la etapa de los monopolios y el capital financiero. El subimperialismo implica dos componentes básicos: por un lado, una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales y, por otro lado, *el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma, que no sólo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista sino que se mantiene en el marco de la hegemonía ejercida por el imperialismo a escala internacional.* (MARINI, 1977, p. 17, grifo nosso).

O expansionismo relativamente autônomo talvez possa ser compreendido como uma espécie de “vantagem competitiva” política em relação aos demais subcentros mundiais que não lograram alcançar o *status* subimperialista. Como uma decorrência “lógica” e histórica da integração produtiva entre o país periférico e o imperialista, o Estado tem sua autonomia e seu poder ampliados, não no sentido de buscar a superação da condição de dependência, mas para propiciar um ambiente favorável para a acumulação tanto dos capitais estrangeiros quanto dos capitais locais.

O processo dialético de internacionalização-intervalização não pode prescindir do Estado para sua concretização, pois a conversão do capital imperialista em capital produtivo na periferia depende das garantias estatais para sua reprodução nos limites de uma economia nacional. Mais do que isso. Quando há convergência de interesses econômicos entre as distintas frações burguesas locais monopolistas²⁴, estas conseguem conformar um projeto de expansão econômica e política e transformá-lo em projeto nacional, cuja iniciativa depende do Estado, dada a sua fragilidade competitiva frente à burguesia imperialista. Dessa forma, a crescente dependência que tanto a burguesia estrangeira quanto a local tem do Estado confere a este uma elevada autonomia relativa — sem que a subordinação externa jamais seja questionada.

2.2.3.1 Hegemonia em um subsistema regional de poder

A política expansionista relativamente autônoma se traduz numa busca e manutenção de hegemonia perante países vizinhos, inclusive para conter possíveis avanços de subcentros rivais como a Argentina. Em linhas gerais, a hegemonia em um subsistema regional de poder

²⁴ Ao contrário do que ocorreu, por exemplo, na Argentina, onde há uma divisão entre a burguesia ligada ao agronegócio e aquela ligada ao setor industrial (LUCE, 2013b).

remete à subordinação de uma região periférica à divisão regional do trabalho favorável ao país subimperialista e à sua burguesia. Nas palavras de Marini (*apud* LUCE, 2011, p. 4),

Tudo isso se configura um processo de integração na América Latina que se desenvolve em dois planos: a rearticulação da economia latino-americana em conjunto com a economia mundial, sobre a base de um desenvolvimento de uma economia exportadora de tipo industrial, e a redefinição da relação econômica entre os próprios países da zona. A superespecialização vem a ser assim a contrapartida de uma intensificação da dependência e se realiza sobre a base do que se acreditou, até há pouco tempo, ser a chave para a emancipação econômica da América Latina: o desenvolvimento industrial.

Tendo em vista os interesses do bloco no poder, o Brasil trabalhou na efetivação de determinados projetos de integração no continente. Isso porque era preciso consolidar uma esfera de influência de modo a expandir a reprodução ampliada do capitalismo brasileiro. O mecanismo de compensação da transferência de mais-valor ao imperialismo foi dirigido, especialmente, para alguns países da América do Sul, de onde se deveria buscar superávits comerciais e garantir fontes de energia e matérias-primas baratas. Mas tal integração envolvia, também, outro plano: o Brasil foi uma plataforma através da qual a burguesia industrial internacional também extraiu mais-valor dos demais países sul-americanos.

2.2.4 Cooperação antagônica

Por fim, a ocorrência do subimperialismo requer relações de cooperação antagônica tanto no plano das distintas frações de classe quanto entre a burguesia do país subimperialista e o imperialismo dominante. Marcada por contradições, estas relações não questionam o *status quo*, ou seja, não têm a pretensão de romper com a condição de dependência, mas buscam conquistar maior autonomia relativa. A cooperação antagônica está intimamente vinculada ao elemento anterior — a hegemonia regional —, pois a relação com o imperialismo tem em vista a obtenção de vantagens que favoreçam a ampliação de sua esfera de influência no mundo periférico. Para ilustrar este fenômeno, pode-se mencionar a política nuclear levada a cabo pelos militares no Brasil na época da ditadura, que teve entre seus objetivos fazer do Brasil um representante privilegiado dos Estados Unidos na América Latina e, assim, ganhar mais poder frente às aspirações subimperialistas argentinas, deslocando este país no sistema sub-regional de poder.

Conforme Sachs (1967 apud LUCE, 2011),

As relações entre a burguesia brasileira e o imperialismo devem ser vistas dentro das leis da cooperação antagônica que se estabelecem no processo de integração internacional do capitalismo [...] Sem poder questionar o domínio imperialista em si mesmo (senão estaria questionando o próprio capitalismo) a burguesia nacional pode no entanto barganhar por melhores relações dentro da sua subordinação – melhores preços, melhores acordos, áreas próprias para exploração, etc. Tais relações dependem das correlações de força em cada momento: a conjuntura econômica internacional e dentro de cada país, a situação política, as distensões e agravamentos com as forças revolucionárias, etc.

2.2.5 Interpretações equivocadas

Feito o esclarecimento sobre os quatro elementos que definem o subimperialismo, é importante desfazer alguns mal-entendidos presentes na literatura sobre o tema. Segue abaixo uma síntese de algumas interpretações equivocadas levantadas por Luce (2011), que chama a atenção para o que o subimperialismo *não é*, quais sejam:

- a) Não equivale ao conceito de semiperiferia (como em Theotônio dos Santos) nem à noção de potência média (Silva Michelena);
- b) Não é um “imperialismo de menor grandeza ou de segunda categoria”. O subimperialismo continua mantendo uma relação de dependência com os países ricos. Seria o ponto máximo atingido por um país periférico na divisão internacional do trabalho;
- c) Não é um fenômeno geopolítico (Trías e Schilling). Apesar de o subimperialismo não dispensar a geopolítica, como mostra a política de hegemonia regional e a cooperação antagônica, deve ser compreendido fundamentalmente a partir das contradições surgidas no ciclo de reprodução do capital, ou seja, deve ser apreendido como um fenômeno que emerge da dinâmica do capitalismo em economias dependentes. Assim, tem por base uma interpretação essencialmente materialista.
- d) Não se resume ao caso brasileiro, como atesta a análise da África do Sul feita por Coles e Cohen.
- e) Não é uma tese subconsumista, conforme disseram Gabriel Palma, Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Guido Mantega. Marini afirma que a

limitação do consumo é *relativa*, e não absoluta. A questão está na *desproporção* entre o ritmo de crescimento dos setores que constituem o eixo dinâmico da economia e o ritmo de crescimento do mercado interno. Além disso, como visto acima, os limites são dados pelos problemas na primeira fase da circulação e na produção. Todos eles são superados, nos marcos da dependência, pelo Estado, pelo mercado externo e pelo consumo de bens suntuários.

- f) Não se confunde com a exportação de manufaturados. Este é apenas um elemento necessário; nem todo país com uma pauta exportadora de manufaturados é subimperialista.
- g) Não é uma análise economicista. A teoria está, de fato, fundamentada no ciclo de reprodução do capital, mas aí estão presentes questões políticas e ideológicas que são fundamentais na análise.
- h) Não é uma tese estagnacionista. Este é um falso debate. Reconhecer problemas de realização na economia, como fez Marx e Lênin, é diferente de afirmar a existência de uma tendência estagnacionista. Marini demonstrou que tais problemas são superáveis e não permanentes, como se pode comprovar com o esquema tripartite do subimperialismo. Esta crítica é refutada, principalmente, pelo fato de que Marini concorda plenamente com a ideia de André Gunder Frank de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. A rigidez se encontra não no desenvolvimento periférico, mas na estrutura hierárquica entre os países no sistema mundial, na qual, independente do nível das forças produtivas, sempre conserva o controle tecnológico, financeiro e comercial no topo da cadeia capitalista.
- i) Não é uma abordagem exogenista, o que colocaria como fonte de toda a dinâmica da economia subimperialista o movimento internacional do capital. Assim como Marini considera em suas análises o sistema mundial, também dá grande importância às especificidades de cada formação socioeconômica. Interpretar o subimperialismo como uma teoria exogenista é, no mínimo, distorcer sua concepção. É nítida a consideração das especificidades de cada formação socioeconômica nos escritos de Marini. Só para ilustrar uma das inúmeras passagens:

Em sua política interna e externa, o governo militar de Castelo Branco manifestou não apenas a decisão de acelerar a integração da economia brasileira à economia estadunidense, mas a intenção de se converter no centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina, criando inclusive as premissas de um poderio militar próprio. Nisso se distingue a política externa brasileira aplicada após o golpe de 1964: não se trata de aceitar passivamente as decisões estadunidenses (ainda que a correlação real de forças leve muitas vezes a esse resultado), mas de colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nela posição de país-chave. (MARINI, 2012b, p. 127).

Fazendo uma síntese da discussão feita até o momento, pode-se dizer que a compreensão mais adequada do subimperialismo se dá por meio da articulação entre as seguintes categorias: (i) superexploração da força de trabalho; (ii) transferência de valor; (iii) etapa dos monopólios e do capital financeiro na economia dependente; (iv) cooperação antagônica; (v) hegemonia regional e (vi) um determinado padrão de reprodução do capital.

3 O PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO LIBERAL PERIFÉRICO

Como dito na introdução, esta dissertação procura investigar as especificidades do subimperialismo num período histórico específico, qual seja, o período do neoliberalismo brasileiro, que começou a se estabelecer em 1990 e se mantém até os dias de hoje. Essa pesquisa mais delimitada no tempo e no espaço — tendo em vista a abrangência da categoria em estudo (o subimperialismo) — como se situa num nível menos abstrato (ou mais concreto) que a TMD, terá sua capacidade interpretativa mais aguçada a partir de uma articulação com o conceito mais concreto de *padrão de desenvolvimento* de Filgueiras (2013), cuja formulação, em geral, é possível compatibilizar analiticamente com a economia política da dependência.

Acreditamos que o caminho fundamental para a compreensão das especificidades históricas do fenômeno subimperialista nos anos 2000 deve passar pelo estudo da natureza do atual desenvolvimento capitalista do país — que se configurou desde o início dos anos 1990 — e, principalmente, da inflexão sofrida pelo mesmo a partir de 2005, especialmente, no que diz respeito ao seu condicionante (a conjuntura internacional) e os rearranjos ocorridos no interior do bloco no poder.

Tal como a visão de Marini, o desenvolvimento em Filgueiras é concebido como o desenvolvimento capitalista das forças produtivas, que, como se pode perceber, é totalmente distinta da concepção idealista dos enfoques da modernização. A noção de *padrão* de desenvolvimento decorre da especificidade de como o capital se reproduz em cada período histórico e em cada país, isto é, o processo de desenvolvimento capitalista se transforma no tempo e no espaço, provocando alterações substanciais “nos planos econômico, social, político, cultural e ambiental” (FILGUEIRAS, 2013, p. 7).

Conforme Filgueiras (2013), o bloco no poder é o primeiro atributo definidor do padrão de desenvolvimento, pois expressa a forma como os interesses de cada fração da burguesia são hierarquizados em sua relação no interior do Estado. A forma como o capitalismo se desenvolve numa época histórica específica, nos limites de um espaço nacional, é subordinada

aos interesses da fração burguesa que hegemoniza o bloco no poder. A incompreensão de sua dinâmica prejudica a interpretação do modelo de desenvolvimento.

A identificação do bloco no poder como atributo essencial do padrão de desenvolvimento expressa o espírito da Economia Política e supera em larga escala as análises unilaterais do tema — seja na Economia, na Ciência Política ou nas Relações Internacionais — que recorrentemente incorrem no economicismo ou no politicismo.

O bloco no poder, portanto, caracteriza e delimita a natureza do padrão de desenvolvimento, em conjunto com uma série de outros atributos: (i) a relação capital-trabalho; (ii) as relações intercapitalistas; (iii) “o modo como o Estado de articula com o processo de acumulação”; (iv) o progresso tecnológico; (v) o financiamento da acumulação; (vi) a estrutura de propriedade, distribuição de renda e da riqueza e as políticas sociais; (vii) a inserção internacional; e (viii) a organização e representação política (FILGUEIRAS, 2013, p. 381). Dado o objetivo deste trabalho, a análise que segue não abarcará todos estes atributos, mas fará algumas considerações a respeito dos itens *iii*, *v*, e *vii* (além do bloco no poder).

A análise do padrão de desenvolvimento se justifica porque o subimperialismo tende a se intensificar na medida em que os setores monopolistas da burguesia interna conquistam maior poder político no interior do bloco no poder (e isso começou a se concretizar após o episódio da crise cambial de 1999). Vale observar que vários ramos da burguesia compradora (e internacional) também se beneficiam da hegemonia regional do Brasil fortalecida pelas atividades subimperialistas, mas o fato é que, enquanto a expansão externa do capitalismo brasileiro se constitui numa questão “meramente” estratégica para a burguesia compradora, para a burguesia interna é uma questão de sobrevivência no mercado, principalmente, na atual fase do capitalismo globalizado, na qual as aberturas comercial e financeira implicam num crescente acirramento da concorrência internacional.

Desse modo, o bloco no poder, apesar de não ser uma categoria presente na obra de Marini, pode se constituir no elo que integra analiticamente as noções de *subimperialismo* e de

padrão de desenvolvimento. A partir dele se poderá compreender como o projeto de uma fração burguesa se converteu no eixo dinâmico da economia brasileira.

A consolidação da hegemonia da burguesia interna no bloco no poder — ainda subordinada à hegemonia financeira — se relaciona fortemente à conjuntura internacional que se conformou nos anos 2000. As relações bilaterais entre a China e o Brasil, principalmente, se refletiram internamente numa nova conformação Estado/burguesia neste último país. Esta discussão coloca em perspectiva as profundas consequências geradas pelo *boom* exportador de *commodities* sobre o rearranjo no interior do bloco no poder e sobre a constituição de uma frente neodesenvolvimentista, sustentada materialmente na expansão das atividades econômicas da burguesia interna.

Os elementos envolvidos nesse processo só podem ser compreendidos como constituintes de uma mesma totalidade se analisados num horizonte temporal, de forma a colocar em evidência o encadeamento entre uma economia dinamizada, principalmente, pelas exportações (até 2005) e, num segundo momento, dinamizada pelo mercado interno (a partir de 2006/2007). Essa trajetória revela que as diversas frações no interior da burguesia interna ascenderam politicamente em diferentes momentos no tempo, começando pelo agronegócio, passando pela indústria intensiva em recursos naturais, até a construção civil (entre outras).

A burguesia interna viu sua rentabilidade crescer de forma vertiginosa e passou a ser um elemento chave na redução da instabilidade macroeconômica, dado que o enorme fluxo de divisas trazido pela venda de seus produtos no mercado internacional resultou na melhora de vários indicadores de vulnerabilidade externa *conjuntural*, o que, por sua vez, possibilitou a adoção de políticas “neodesenvolvimentistas”, ou, de preferência, subimperialistas. Tais políticas refletiram, na medida do possível, o projeto político-econômico da burguesia interna e realimentaram e impulsionaram o capitalismo brasileiro por meio da conjugação das políticas interna — flexibilização do regime de política macroeconômica e financiamento do grande capital via BNDES — e externa, no sentido de garantir mercados externos e fontes de matérias-primas.

Será visto mais adiante que o crescimento vertiginoso da China não se limitou a transformações estruturais em seu próprio país. Nos anos 2000, o dinamismo chinês desencadeou mudanças no capitalismo global e em outros países, impactando tanto na reconfiguração da divisão internacional do trabalho e na hierarquia mundial quanto nos padrões de desenvolvimento de cada país latino-americano, em especial.

Esta seção está subdividida em duas partes. A primeira discute as transformações na conjuntura internacional, desencadeadas pela relação siamesa sino-americana e, de forma mais detalhada, analisa as relações comerciais entre o Brasil e a China, que, particularmente, cumprem um papel crucial na inflexão do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e sobre sua inserção externa. A segunda discute os rearranjos no interior do bloco no poder e seus nexos com o atual padrão de desenvolvimento.

3.1 CONJUNTURA INTERNACIONAL

O subimperialismo é compreendido, basicamente, a partir de duas perspectivas (interdependentes): uma histórica, ou seja, como uma etapa do capitalismo dependente; e a outra pela posição ocupada pelo país na hierarquia do sistema mundial – expressa fundamentalmente pela natureza de sua *inserção externa* (LUCE, 2013b). Isso serve para reforçar a ideia de que o subimperialismo é uma condição *estrutural* de um país, mas também, para mostrar que a dinâmica conjuntural na divisão internacional do trabalho afeta diretamente a forma como o subimperialismo se manifesta num determinado padrão de desenvolvimento, criando especificidades históricas e geográficas. A reativação do expansionismo subimperialista do Brasil, nos anos 2000, dificilmente teria acontecido se não fosse o ciclo de crescimento da economia mundial desencadeado pela dinâmica sino-americana no mesmo período.

Transformações e articulações entre as economias dos EUA e da China — cujas relações são marcadas por competitividade e complementaridade econômica (PINTO, 2011) — deram um novo dinamismo ao capitalismo global na década passada, elevando a taxa de crescimento do PIB mundial de uma média anual de 3,2%, entre 1990 e 1999, para 4,1%, entre 2000 e 2009,

além de promover ajustes na divisão internacional do trabalho e de reconfigurar a integração produtiva, comercial e financeira no mundo.

A raiz dessa situação está no deslocamento das empresas do antigo eixo EUA, Japão e Alemanha, para o resto do mundo (países asiáticos, principalmente), resultante da “liberalização das contas de capital” no mundo emergente e da “desregulamentação financeira nas economias centrais”. Essa explicação dada por Belluzzo (2013) mostra que a financeirização do sistema capitalista não é um processo de descolamento do lado real da economia, mas uma relação simbiótica entre as duas dimensões. O autor afirma que isso pode evidenciado pela relação de determinação macroeconômica subjacente ao fenômeno: o ingresso de capitais, nos EUA, provenientes dos mercados financeiros mundiais, permitiu e estimulou a adoção de novas estratégias empresariais no setor produtivo. A forte migração das empresas americanas para a Ásia foi financiada, principalmente, pela aquisição de *securities* privadas por não residentes.

Isso foi possível porque as inovações financeiras que surgiram do regime de crescimento financeirizado alargaram profundamente a capacidade de criação de liquidez em escala global. A hegemonia do dólar como moeda internacional favoreceu os EUA como o principal receptor dos fluxos financeiros, cuja magnitude foi fomentada pelos grandes investidores e pelo mercado de derivativos. (BELLUZZO, 2013).

Portanto, a acumulação na esfera financeira levou a uma reconfiguração na esfera produtiva dos países do eixo dinâmico, o que se deu em dois sentidos: houve uma intensificação do processo “natural” de centralização capitalista, por meio de fusões e aquisições; e as cadeias de geração de valor se internacionalizaram, dentro das quais a China ocupa o espaço mais importante (BELLUZZO, 2013).

O ciclo ascendente desencadeado pelas transformações financeiras foi alimentado pelo aumento dos gastos públicos, redução de impostos e redução da taxa de juros, nos EUA, cuja origem se deu no início dos anos 2000, “quando o FED reduziu a taxa de juros dos títulos públicos americanos” (FILGUEIRAS; OLIVEIRA, 2013, p. 87). A partir daí, um

encadeamento dinâmico iniciado com a expansão do mercado imobiliário, favorecido pelas condições iniciais de financiamento, elevou a capacidade de endividamento e, conseqüentemente, a capacidade geral de gastos. Dessa forma, o crescimento da economia estadunidense, que se constituiu numa das locomotivas do crescimento global, foi sustentado por uma conexão entre a financeirização e o consumo.

De modo sincrônico à dinâmica descrita acima, assistiu-se à ascensão chinesa, com impactos muito significativos no resto do mundo. Especialmente após a entrada deste país na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, ocorreu uma intensificação dos fluxos de comércio mundiais e novos fluxos de investimento direto. Esses novos movimentos econômicos e financeiros implicaram num reordenamento na hierarquia global, diminuindo *relativamente* o poder econômico dos EUA e conformando na Ásia um novo polo de poder mundial. Neste contexto, alguns países da periferia, como o Brasil, ganharam projeção político-econômica, levando-os a uma busca de maior autonomia, nos limites de sua dependência.

Não se pode reduzir o fenômeno chinês a uma única explicação, como o faz, por exemplo, a corrente novo-desenvolvimentista ao atribuir o dinamismo asiático a uma estratégia nacional de desenvolvimento, como se a trajetória de um país se resumisse à adoção de uma estratégia macroeconômica (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010). Isso seria um grande reducionismo e passaria ao largo da enorme complexidade da sua história. Na realidade, a conformação da China como nova potência mundial na última década é resultado da conjunção de uma série de condicionantes internos e externos ao longo de seu percurso. Martins (2013, p. 34) faz uma síntese dos fundamentos de sua ascensão:

(...) o primeiro é a revolução socialista e seus impactos positivos sobre a educação e a saúde da população; o segundo trata-se da descentralização administrativa que criou as empresas comunitárias (TVEs – em inglês, *towerships and village enterprises*), nem privadas nem estatais, que se tornaram o eixo dinâmico da expansão vertiginosa da produtividade na China, principalmente durante os anos 1980 e 1990, desenvolvendo competências gerenciais nos trabalhadores e nas comunidades e elevando seus níveis de consumo; o terceiro é a entrada no país do capital chinês da diáspora, beneficiado por transferências de divisas e tecnologias, proporcionadas pela política de cerco ao mundo socialista praticada pelos Estados Unidos na Ásia, durante a Guerra Fria; e, por último, a entrada do capital estrangeiro na China, que é condicionado pela dinâmica econômica chinesa, ao invés de subordiná-la e submetê-la.

Portanto, a ascensão chinesa no século XXI, longe de ser inteligível por análises economicistas, está assentada também em elementos históricos e geopolíticos cumulativos. O dinamismo chinês de hoje remonta às reformas de 1978, que envolveram um conjunto de tarefas. É importante salientar que tal estratégia de desenvolvimento econômico esteve subordinada à estratégia política de reunificação do território e da sua preservação perante o “hegemonismo”, em especial, da União Soviética (MEDEIROS, 1999).

O fato é que, com uma taxa média de crescimento anual de 10%, entre 1980 e 1989, de 9,7%, entre 1990 e 1999 e de 10,1%, entre 2000 e 2008, a China acabou por alargar a fronteira de acumulação capitalista mundial, se constituindo num espaço extremamente favorável para a valorização do capital que se localizava nos EUA e na Europa (ao mesmo tempo em que aprofundava as contradições já existentes, tendo parte da responsabilidade pela crise de 2008).

O chamado Grande Compromisso estabelecido em 1992, ao aprofundar e garantir as políticas de reforma e abertura iniciadas em 1978, acelerou a abertura ao mundo exterior se valendo “da expansão das ZEEs, da descentralização do planejamento central e de intenso processo de reformas nas empresas estatais” (PINTO, 2011, p. 30). Longe de se resumir ao crescimento voltado para fora, a estratégia chinesa conjugou dois padrões de crescimento: a promoção das exportações, cujo eixo dinâmico foi a ampliação das ZEEs, e o desenvolvimento interno, através do crescimento puxado pelo investimento público em infraestrutura e políticas industriais.

O comércio internacional, se já vinha num ritmo de crescimento ascendente e mais dinâmico que o próprio PIB mundial desde os anos 1980 por conta da globalização, com a entrada da China na OMC, recebeu um estímulo sem precedentes. Este país deu um salto no valor exportado para o mundo “de US\$ 249 bilhões em 2000 para US\$ 1,202 trilhão em 2009” e no valor importado “de US\$ 225 bilhões em 2000 para US\$ 1,004 trilhão em 2009”, ultrapassando os EUA em ritmo de crescimento e, no caso das exportações no ano de 2010, chegou a superá-lo em valores absolutos (a China exportou US\$ 990 bilhões e os EUA, US\$ 823 bilhões) (PINTO, 2011).

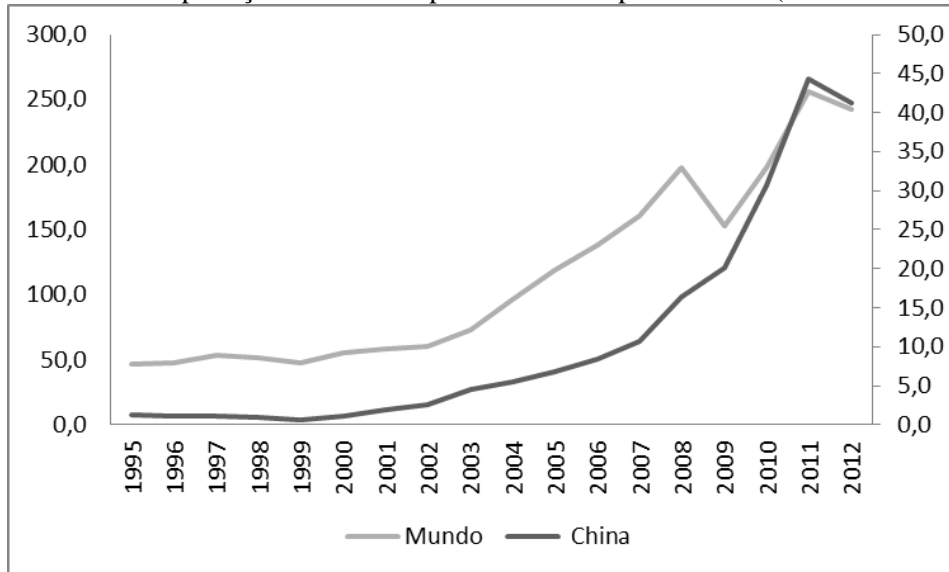
3.1.1 As relações comerciais entre Brasil e China e a inserção externa brasileira

A intensificação do comércio da China com o mundo foi baseada numa diversificação e mudança no perfil tecnológico da sua pauta exportadora e foi articulada a uma profunda mudança na estrutura produtiva chinesa. O forte dinamismo interno elevou a demanda tanto por matérias-primas, devido ao rápido crescimento das indústrias e dos investimentos públicos em infraestrutura, quanto por alimentos, devido à ampliação do mercado interno de consumo.

Neste contexto, o Brasil, inserido na realidade latino-americana de desindustrialização e especialização regressiva da pauta exportadora, se tornou um parceiro por excelência da China. De um lado, o agronegócio que já era bastante competitivo, garantiu o fornecimento das *commodities* demandadas pelo crescimento chinês. Por outro, a expansão, no Brasil, de um mercado consumidor de bens de média e alta tecnologia, tanto de bens de consumo quanto de bens intermediários e de capital, levou à perda de densidade da indústria brasileira, abrindo diversas lacunas em sua cadeia produtiva.

Assim, as relações comerciais entre o Brasil e a China cresceram a taxas mais elevadas do que as relações do Brasil com o mundo durante a última década. No Gráfico 1, pode-se verificar que o crescimento das exportações brasileiras para o mundo e para a China se intensificou significativamente durante os anos 2000, sendo que a partir de 2007, as exportações para a China, cuja participação já era bastante relevante, aceleraram seu ritmo. Enquanto as exportações para o mundo pouco mais que quadruplicaram entre 2000 e 2012, passando de US\$ 55,1 bilhões para US\$ 242,6 bilhões, as exportações para a China, que no ano 2000 foi de US\$ 1,1 bilhão, registrou em 2012 um valor 38 vezes maior: US\$ 41,2 bilhões.

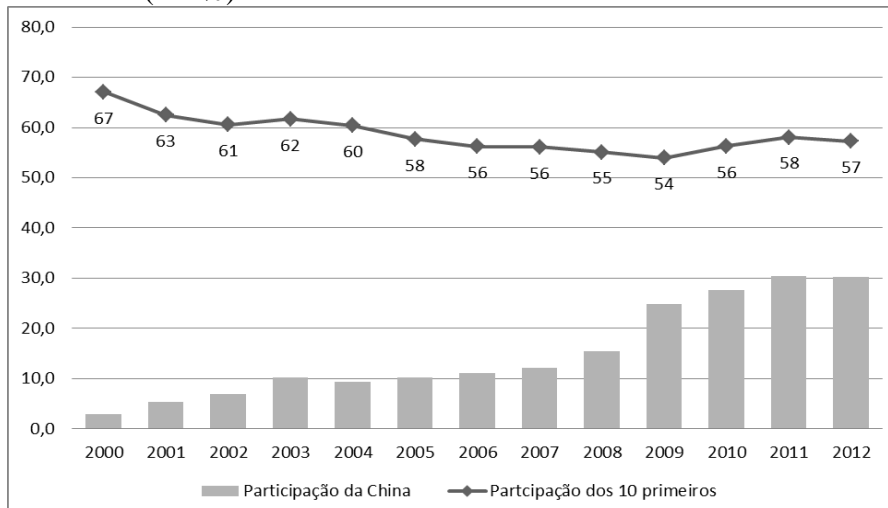
Gráfico 1 – Exportações brasileiras para o mundo e para a China (em US\$ bilhões)



Fonte: Elaboração própria, 2014 com dados da UNCTAD, 2013

Dessa forma, a China passou a ocupar o primeiro lugar no *ranking* dos destinos das exportações, o que foi fundamental para compensar a queda nas exportações totais durante a crise. O *boom* das exportações para a China fez com que as exportações totais brasileiras aumentassem de tal forma que sua posição no *ranking* dos maiores países exportadores do mundo mudou do 26º lugar, em 2002, para o 22º lugar, em 2011, conforme informações da OMC. O Gráfico 2 mostra o aumento da participação da China entre os dez primeiros países de destino.

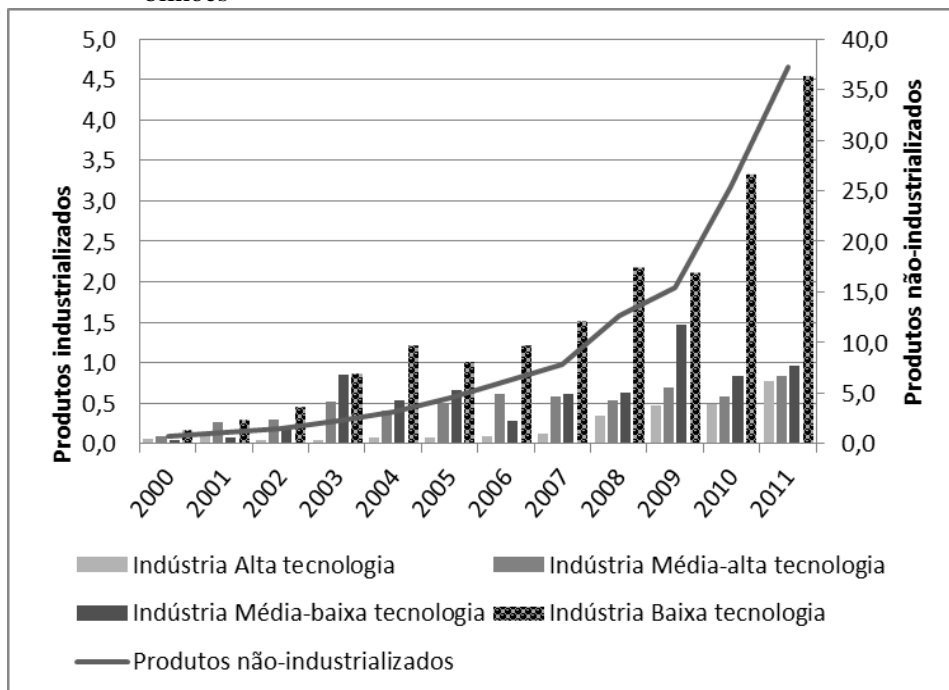
Gráfico 2 - Participação da China e dos dez principais países de destino das exportações brasileiras (Em %)



Fonte: Elaboração própria, 2014 com dados da UNCTAD, 2013

No Gráfico 3, tem-se a pauta exportadora por intensidade tecnológica do Brasil com a China. Nele é possível analisar as exportações de forma mais desagregada, visualizando os setores mais favorecidos pela demanda chinesa. Claramente o que se percebe é que as exportações para a China se concentraram em produtos não-industrializados e na indústria de baixa tecnologia, com um forte ritmo de crescimento durante toda a década.

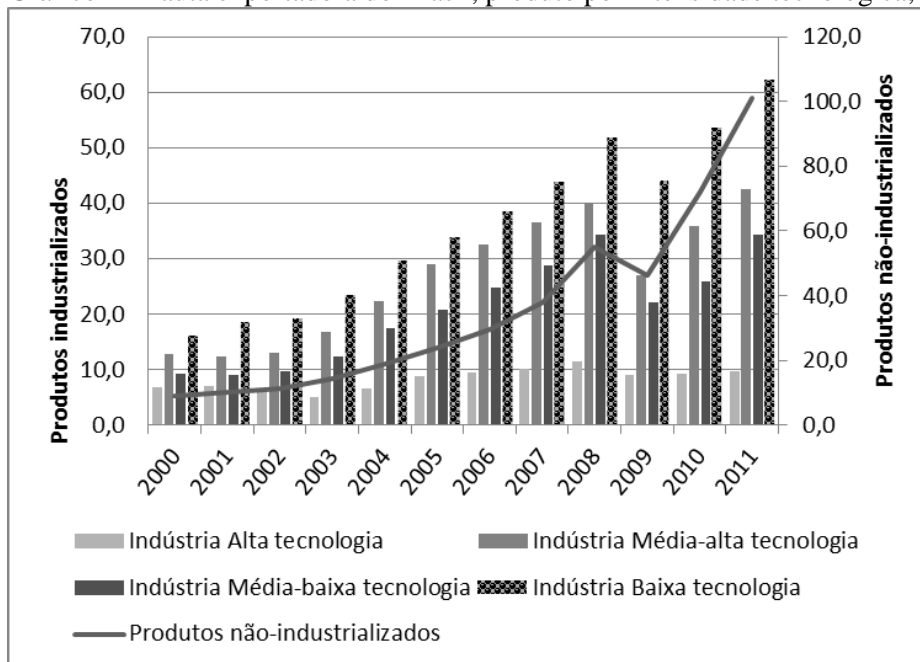
Gráfico 3 - Pauta exportadora do Brasil com China, produto por intensidade tecnológica, em US\$ bilhões



Fonte: Elaboração própria, 2014 com dados da OCDE, 2014

Quando se confronta esses dados com a pauta exportadora do Brasil para o mundo, percebe-se claramente o quanto a demanda chinesa está reforçando a especialização da economia brasileira. O Gráfico 4 também registra um perfil concentrado nos setores de menor valor agregado, porém não chega a se constituir uma situação tão grave quanto a relação com a China. Além da menor diferença entre os produtos não-industrializados e os industrializados, as exportações gerais do Brasil são *relativamente* mais equilibradas, nas quais as indústrias de média-baixa e média-alta tecnologia não estão tão aquém das exportações de produtos de baixa tecnologia quanto o que acontece no comércio com a China.

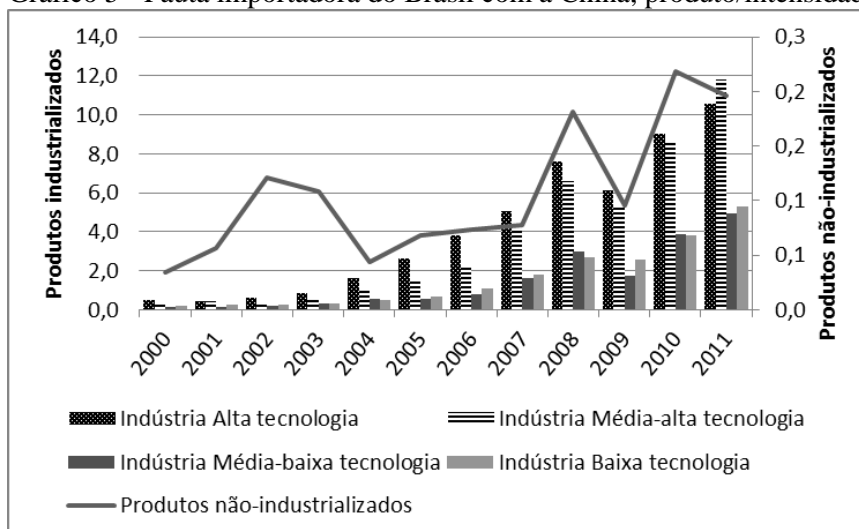
Gráfico 4 - Pauta exportadora do Brasil, produto por intensidade tecnológica, em US\$ bilhões



Fonte: Elaboração própria, 2014 com dados da OCDE, 2014

Quanto à pauta importadora do Brasil com a China por intensidade tecnológica no Gráfico 5, nota-se uma situação oposta às exportações. Durante os anos 2000, os produtos de alta tecnologia e os de média tecnologia, principalmente, predominaram cada vez mais na pauta. Em termos relativos, quase não se importa produtos não-industrializados chineses.

Gráfico 5 - Pauta importadora do Brasil com a China, produto/intensidade tecnológica (US\$ bilhões)

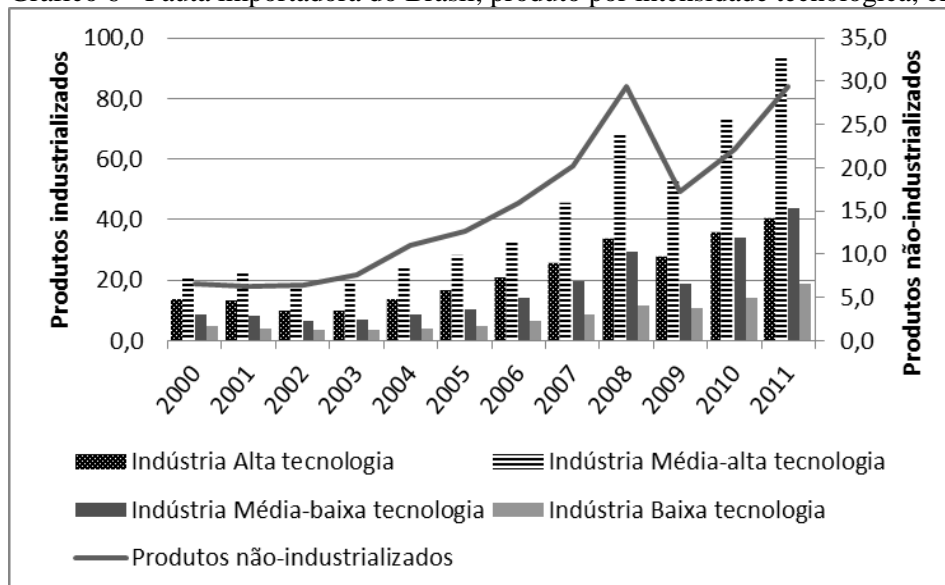


Fonte: Elaboração própria, 2014 com dados da OCDE, 2014

O Gráfico 6 registra uma pauta importadora também concentrada nos produtos de média-baixa, média-alta e alta tecnologia. A trajetória de valorização cambial levou muitas empresas a aumentarem a importação de bens de capital e intermediários. Estes foram responsáveis por 78,5% da variação absoluta nas importações acumuladas entre os anos de 2004 e 2011 (a preços constantes), enquanto que no mesmo período, os bens de consumo duráveis explicam 12,8% e bens de consumo não duráveis e combustíveis respondem por 8,7% (MARCONI; ROCHA, 2012).

Por outro lado, já é possível antecipar o seguinte: essa pauta não é tão especializada quanto a que foi verificada com a China. Outro grupo de países (sul-americanos) está exportando para o Brasil uma quantidade crescente de produtos intensivos em recursos naturais, estabelecendo uma contrapartida (assimétrica) à relação com os chineses.

Gráfico 6 - Pauta importadora do Brasil, produto por intensidade tecnológica, em US\$ bilhões

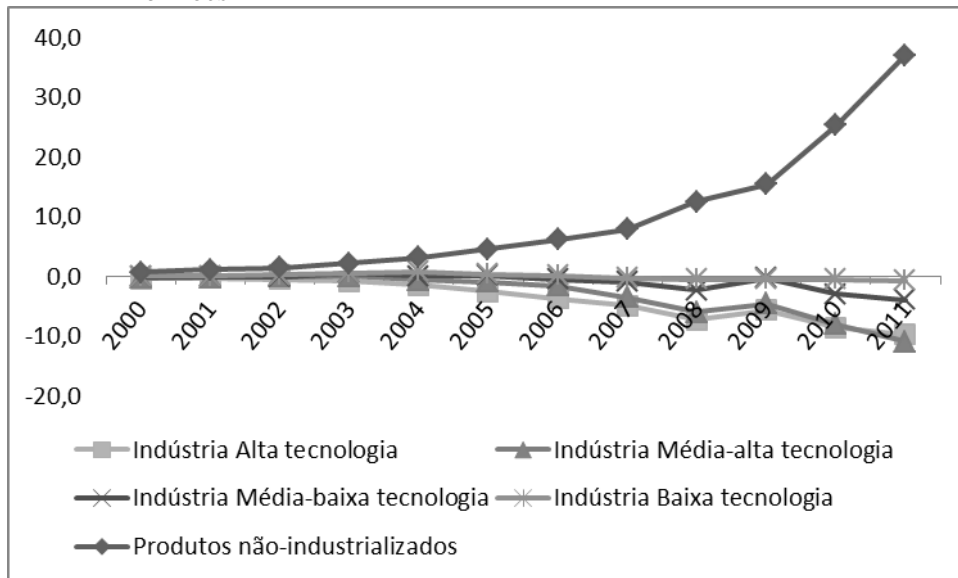


Fonte: Elaboração própria, 2014 com dados da OCDE, 2014

Como não poderia deixar de ser, o saldo comercial com a China categorizado por intensidade tecnológica possui um crescente superávit ao longo da série no caso dos produtos não-industrializados. A situação é inversa para os produtos de alta, média-alta e, até mesmo, média-baixa tecnologia, ou seja, a balança comercial é crescentemente deficitária, o que mostra uma clara divisão de trabalho entre os dois países (GRÁFICO 5). Os produtos de baixa

intensidade tecnológica ainda conseguem evitar um resultado pior graças à indústria de bebidas e alimentos, pois é praticamente a única que registra superávits dentro desta categoria.

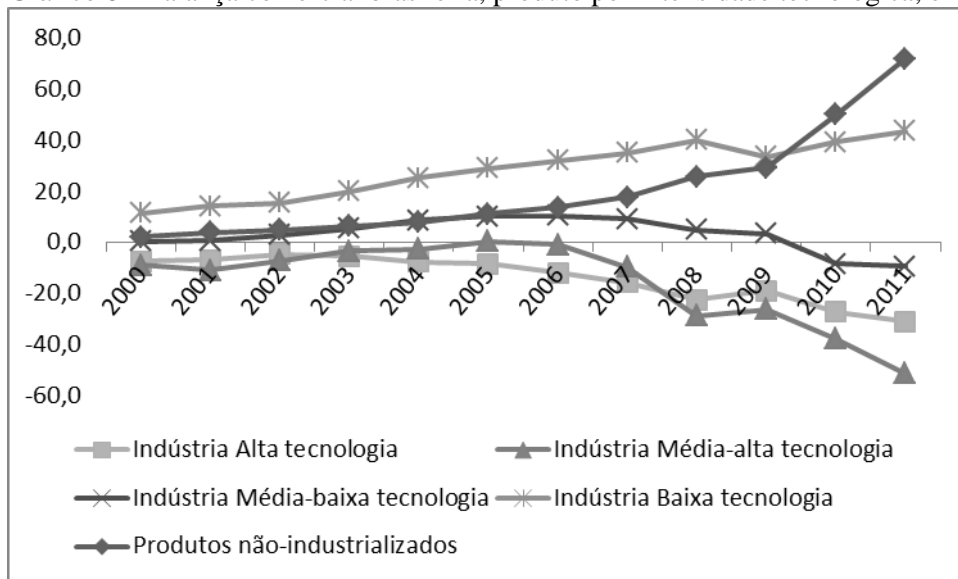
Gráfico 7 - Balança comercial do Brasil com a China, produto por intensidade tecnológica, em US\$ bilhões



Fonte: Elaboração própria, 2014 com dados da OCDE, 2014

No caso da balança comercial geral do Brasil (GRÁFICO 8), registra-se um desempenho menos regressivo, comparando novamente com a China. Até o ano de 2009, o superávit dos produtos de baixa tecnologia foi superior ao dos não-industrializados. O saldo dos produtos de média-baixa tecnologia que, na maior parte da trajetória conseguiu sustentar um superávit comercial, desde 2011, passou a ficar deficitário, revelando uma tendência de agravamento do processo de desindustrialização (dada a relação existente entre a pauta exportadora e a estrutura produtiva). Os produtos de alta e média-alta tecnologia — que, historicamente, já não tinham um bom desempenho comercial — ficou ainda pior.

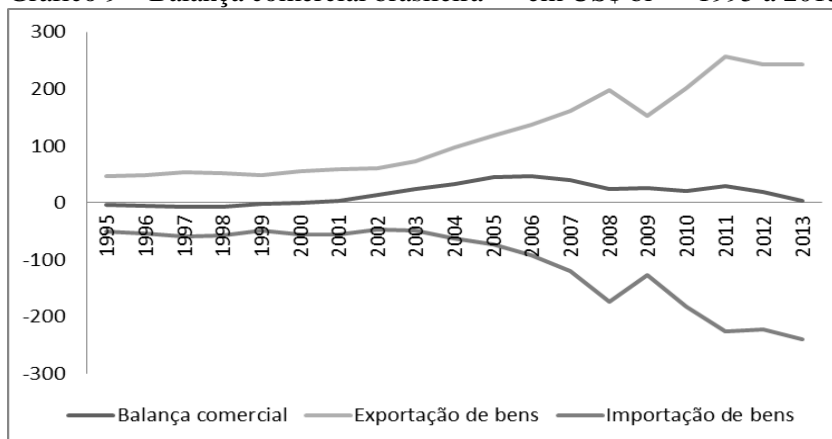
Gráfico 8 - Balança comercial brasileira, produto por intensidade tecnológica, em US\$ bi



Fonte: Elaboração própria, 2014 com dados da OCDE, 2014

O Gráfico 9 apresenta o resultado agregado do comércio externo brasileiro. Pode-se ver que o saldo da balança comercial deixou de ser deficitário, como foi entre 1995 e 2000, para ter um saldo positivo de 2001 a 2012. A desvalorização cambial foi a causa direta deste desempenho num período mais inicial da série, entre 1998 e 2000, quando houve uma grande redução do déficit. Note-se que a trajetória ascendente do saldo comercial se inicia antes do governo Lula — contando apenas com os anos superavitários, desde 2001, ou seja, ainda na segunda metade do segundo governo FHC. Foram seis anos de saldo positivo crescente (de 2001 a 2006), pois as exportações vinham crescendo num ritmo mais acelerado que as importações.

Gráfico 9 – Balança comercial brasileira — em US\$ bi — 1995 a 2013



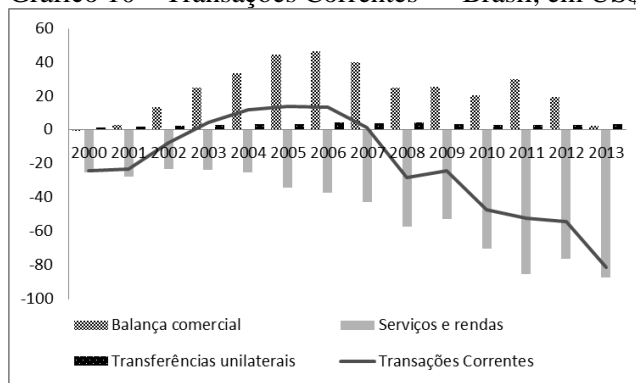
Fonte: Elaboração própria, 2014 com dados do BANCO CENTRAL, 2013

Nesse período, dada a grande necessidade da China de importar insumos para sua indústria e alimentos, no sentido de sustentar o crescimento de sua economia, o saldo comercial foi grande o suficiente para cobrir o déficit na conta de Serviços e Rendas, gerando cinco anos seguidos de superávit nas transações correntes (GRÁFICO 10) (2003 a 2007) — fato inédito na série histórica do balanço de pagamentos do Brasil.

Em 2011, o saldo comercial até chegou a ter um aumento, apesar do menor ritmo do crescimento das exportações, mas essa não foi a real tendência nos anos seguintes. Este aumento do superávit foi mais pela perda de fôlego das importações que refletiu o pífio crescimento de 2,7% do PIB neste ano. O excedente da balança comercial voltou a cair em 2012 e 2013. Apesar de ter registrado uma queda no valor importado, foi prejudicado pela queda nas exportações, algo que, exceto em 2009 quando a crise produziu seus efeitos mais fortes, só tinha acontecido em 1999.

A conta de Serviços e Rendas é uma das maiores manifestações do caráter dependente do país. Historicamente deficitária, entrou numa tendência de deterioração em níveis absolutamente inéditos, superando o recorde do período FHC de US\$ 28,3 bilhões negativos, em 1998. Desde 2005, toda a série histórica revela um resultado pior do que aquele e está muito distante de qualquer tendência de estabilização. Depois de piores anuais consecutivas, 2013 registrou um déficit de mais de US\$ 87 bilhões, a despeito do crescimento da receita de rendas de investimento direto brasileiro.

Gráfico 10 – Transações Correntes — Brasil, em US\$ bi — 2000 a 2013



Fonte: Elaboração própria, 2014 com dados do BANCO CENTRAL, 2013

3.1.1.1 Indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural brasileira

A flexibilização no regime de política econômica que ocorreu no segundo governo Lula não foi a causa do crescimento das exportações, antes o contrário: a conjuntura internacional extremamente favorável abriu uma janela de oportunidade para a implementação de metas menos ortodoxas, em que pese a forte valorização cambial no período. Por meio do aumento do fluxo de divisas e do crescimento do PIB, todos os indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural melhoraram, conforme se pode averiguar na Tabela 1. Convém chamar a atenção para o fato de que esses indicadores representam tão somente a vulnerabilidade externa *conjuntural*, pois no que se refere à vulnerabilidade externa *estrutural*, os indicadores de participação das exportações, do valor adicionado e do emprego da *indústria de transformação* no total, respectivamente das exportações, no PIB e no emprego total revelam justamente o contrário: uma fragilização externa crescente da economia brasileira expressa na especialização regressiva da pauta exportadora e na desindustrialização de sua estrutura produtiva.

Tabela 1 - Indicadores de Vulnerabilidade externa - 1999-2012 (%)

Período	Serviços da dívida/ exportação	Dívida total/PIB	Dívida total líquida/PIB	Reservas/ dívida total	Dívida total/ exportação	Dívida total líquida/ exportação
1999	126,5	42,0	32,5	16,1	4,7	3,6
2000	88,6	36,0	28,4	15,2	3,9	3,1
2001	84,9	41,2	31,9	17,1	3,6	2,8
2002	82,7	45,9	35,9	18,0	3,5	2,7
2003	72,5	42,4	29,8	22,9	2,9	2,1
2004	53,8	33,3	22,5	26,3	2,1	1,4
2005	56,0	21,3	12,8	31,9	1,4	0,8
2006	41,3	15,9	6,9	49,7	1,3	0,5
2007	32,4	14,1	-0,9	93,3	1,2	-0,1
2008	19,0	12,1	-1,7	104,3	1,0	-0,1
2009	28,6	12,6	-3,9	120,6	1,3	-0,4
2010	23,0	12,2	-2,4	112,4	1,3	-0,3
2011	20,5	12,0	-2,9	118,0	1,2	-0,3
2012*	18,4	13,0	-4,0	123,5	1,2	-0,4

Fonte: FILGUEIRAS, 2013, p. 424

Nota: *Dados estimados para agosto

Essa vulnerabilidade estrutural, antes camuflada, começa a se manifestar antes mesmo da crise de 2008, com a queda do superávit nas transações correntes. Esta é a expressão dos limites do modelo liberal periférico: num contexto de abertura comercial, o aquecimento do mercado interno não se faz refletir no aumento da produção industrial e a renda gerada é vazada com o aumento persistente das importações a taxas mais elevadas que das exportações. Seria preciso uma elasticidade-renda das exportações bastante superior à das importações de forma contínua para manter o superávit nas transações correntes, o que é absolutamente impossível no atual padrão de desenvolvimento e num contexto de crise global.

3.2 O BLOCO NO PODER E O PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO LIBERAL PERIFÉRICO

A análise que se segue deve tomar como pilar as relações estabelecidas entre o Estado e o bloco no poder, as quais foram condicionadas pela conjuntura internacional e se expressaram internamente nas transformações da estrutura produtiva. Estas relações derivam das formas predominantes pelas quais o capital se reproduz num determinado espaço e tempo histórico e que configuram determinados eixos dinâmicos da economia do país. A conquista de maior poder econômico de determinadas frações da burguesia se expressa no alargamento do seu poder político no interior do Estado.

O Modelo Liberal Periférico (MLP) — que vigora no Brasil há mais de duas décadas — substituiu o Modelo de Substituição de Importações que caracterizou a economia brasileira a partir de 1930 e entrou em crise na década de 1980. O MLP se estruturou a partir de mudanças profundas em cinco dimensões econômico-político-sociais iniciadas no governo Collor, aprofundadas no governo Fernando Henrique Cardoso e que se mantém, em essência, até hoje: (i) na relação capital-trabalho, com o aumento da assimetria a favor do capital; (ii) nas relações intercapitalistas, com a destituição da burguesia interna do posto hegemônico pelas burguesias financeiras nacional e internacional; (iii) na inserção externa econômico-financeira do país, com o reforço de seu papel subordinado na divisão internacional do trabalho; (iv) na estrutura e funcionamento do Estado e (v) nas formas de representação política (FILGUEIRAS, 2013).

De acordo com Filgueiras (2013, p. 409),

o novo padrão daí surgido, fazendo uso, ao longo do tempo, de distintos regimes de políticas macroeconômicas, apresenta as seguintes características: vulnerabilidade externa estrutural, inserção passiva na economia internacional, instabilidade macroeconômica e dificuldade de manutenção de taxas de crescimento mais elevadas.

O modelo tem na esfera financeira seu principal lócus de acumulação de capital. Para além dos bancos e das demais instituições financeiras, os grandes grupos econômicos produtivos também colocam seus capitais nesse circuito. Por essa razão, seria um equívoco fazer uma simples contraposição entre a burguesia financeira e a burguesia produtiva. Muitas vezes, o lucro das atividades especulativas em grandes oligopólios supera o lucro de suas atividades operacionais; já em 1997, por exemplo, o estoque de ativos financeiros de algumas multinacionais superava o estoque de instituições financeiras (CASTELO, 2010, p. 214 e 243). A garantia de um fluxo de moeda estrangeira cumpre um papel central no MLP, dada a necessidade de remunerar o capital internacional pelas suas aplicações em ativos financeiros no país. Até 1998, a entrada de divisas dependia, essencialmente, de elevadíssimas taxas de juros e das privatizações das empresas estatais.

Na primeira década do capitalismo neoliberal no Brasil (anos 1990), a conquista da hegemonia pelo grande capital financeiro internacional gerou fortes pressões sobre o Estado para que promovesse a abertura da economia — comercial e financeira — de forma a promover a importação de manufaturados dos países centrais, os investimentos diretos em setores antes reservados pelo Estado desenvolvimentista (BOITO JR., 2012a) e a especulação dos capitais estrangeiros de curto prazo.

A implantação do MLP exigiu um novo regime de política econômica pautado numa política de sobrevalorização cambial, que, somado à abertura comercial, contribuisse para a estabilização dos preços; numa política monetária de altas taxas de juros, de forma a atrair capital externo que ajudasse a equilibrar o balanço de pagamentos, e numa política de ajuste fiscal. Além disso, houve uma forte pressão para a desestatização das empresas públicas, que

também deveriam servir, ao fim e ao cabo, para equilibrar as contas externas, mas acabaram por aprofundar o processo de monopolização²⁵ na economia do país.

O padrão de desenvolvimento neoliberal, de fato, se consolidou, porém, não sem causar tensões no próprio bloco no poder. Na hierarquia deste bloco, abaixo da grande burguesia compradora, está a burguesia interna. Esta é composta pela grande burguesia de vários setores: indústria, agronegócio, construção civil, entre outros. Naturalmente, existem contradições entre estes setores, porém elas são deslocadas para o segundo plano quando se trata da confrontação com o capital financeiro internacional. É justamente a disputa com o capital imperialista — nos mercados interno e, cada vez mais, externo — que unifica frações tão heterogêneas. Elas não se opõem ao imperialismo (mesmo porque depende dele), mas procuram impor alguns limites para não serem “tragadas” pelo capital financeiro internacional. Sendo a fração hegemônica no bloco no poder aquela com maior poder econômico e político, a grande burguesia financeira é uma concorrente muito forte e, por isso, bastante temida pela burguesia interna. A abertura econômica e a política de juros altos deixaram aquelas frações burguesas numa posição bastante vulnerável, gerando grandes insatisfações e resistências às políticas de liberalização (BOITO JR., 2006; 2012a).

Não havia uma oposição propriamente dita ao programa neoliberal pela burguesia interna, mesmo porque muitas das políticas e reformas foram favoráveis à classe capitalista como um todo: “desindexação dos salários, desregulamentação das relações de trabalho, redução e cortes nos direitos sociais — nas áreas de saúde pública, de previdência pública e de educação” (BOITO JR., 2012a, p. 76). No entanto, a abertura comercial abrupta e as altas taxas de juros implicaram no aprofundamento das contradições ao longo do tempo, pois afetaram seriamente alguns setores de bens de capital e de consumo (têxteis, calçados e brinquedos, por exemplo).

O processo de desindustrialização, iniciado na década de 1980, se intensificou no novo modelo. Somado às crescentes instabilidades macroeconômicas geradas pelas políticas

²⁵ O projeto de expansão subimperialista da década seguinte expressa, em grande medida, os interesses de alguns oligólios fortalecidos na privatização.

ortodoxas, acabou por aproximar a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) do movimento operário paulista num protesto nacional em Brasília, em 1996 (BOITO JR., 2012a).

A forte instabilidade associada ao modelo em sua versão original levou à crise cambial de 1999, o que obrigou o MLP a sofrer sua primeira inflexão, com a implementação de um novo regime de política macroeconômica e levando o capital financeiro a acomodar no interior do bloco no poder algumas frações da burguesia interna, especialmente, aquelas vinculadas ao agronegócio²⁶, que passariam a garantir uma fonte de divisas mais estável pela via do comércio externo. Essa estratégia de moderação da instabilidade macroeconômica foi crucial para a sobrevivência do MLP. A desvalorização do real por ocasião da crise foi a primeira condição que permitiu o crescimento da rentabilidade dos setores exportadores.

As privatizações levadas a cabo pelo governo FHC também cumpriram um importante papel para a dinâmica que iria se desenrolar no bloco no poder na década seguinte: foram constituídos grandes conglomerados nacionais e se fortaleceu a presença dos grupos internacionais. Desde essa época, o BNDES vem contribuindo com as transformações na estrutura societária das empresas do país, fazendo emergir uma rede de proprietários entre empresas de diferentes setores e aprofundando o processo de oligopolização. A robustez destes grandes grupos econômicos se deve, em grande medida, à participação acionária de empresas estatais (BNDESPar e Eletrobrás) e de fundos de pensão (PREVI, PETROS E FUNCEF). Como se pode perceber, a grande burguesia, seja interna ou compradora, pôde contar com recursos públicos de forma contínua, mesmo após as privatizações. Na maioria dos casos, apesar da participação de capitais estrangeiros, o capital nacional assumia o controle das empresas (TAUTZ *et al.*, 2010).

Assim, a primeira década do modelo neoliberal deixou um legado para os anos 2000 de uma economia ainda mais monopolizada, qualquer que seja a fração da burguesia que ocupe o topo da hierarquia no bloco no poder. Contando com poderosos oligopólios e com a proteção do

²⁶ Ao longo dos anos 2000, outros setores da burguesia interna também ascenderam politicamente no bloco no poder, tais como a indústria de transformação e a construção civil.

Estado, alguns setores da burguesia interna puderam estabelecer uma melhor posição em sua correlação de forças com a burguesia internacional, adotando uma posição mais ofensiva nos anos 2000.

As transformações ocorridas na nova década se inserem num conjunto de mudanças cujas forças sociais ativas integram o que Boito Jr. (2012b) chama de frente neodesenvolvimentista, ou seja, o desenvolvimentismo possível no interior do neoliberalismo. Sem entrar na discussão da ideia do desenvolvimentismo em si, o importante aqui é atentar para as classes e frações de classe que constituem a frente política: a grande burguesia interna (que ganhou poder político no governo Lula), o operariado urbano e a baixa classe média, o campesinato — apenas a parte remediada: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e parcela do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) — e uma massa marginal, tanto de sua parcela organizada social e politicamente quanto a da não organizada.

Está claro que esta vasta e heterogênea frente neodesenvolvimentista possui divergências objetivas em diversos planos que por ora não interessam. Mas, por outro lado, essa frente agiu conjuntamente no sentido de dar sustentação política aos governos Lula e Dilma Rousseff, tanto em suas respectivas eleições (2002, 2006 e 2010), quanto na “crise do mensalão” de 2005, motivada por distintas razões. Para o presente trabalho, cabe destacar a participação nesta frente da grande burguesia interna como um dos mais relevantes sujeitos políticos do período (BOITO JR., 2012a).

Como visto na seção anterior, o que, realmente, provocou o *boom* exportador brasileiro nos anos 2000 foi um novo ciclo de crescimento da economia mundial, puxado especialmente pelas economias da China e dos EUA. Observe-se que o forte crescimento das exportações ocorreu em toda a América Latina. Mas qualquer que tenha sido a extensão do fenômeno, o fato é que as exportações passaram a cumprir um papel crucial na viabilidade do MLP. Expressão disso foi o favorecimento do projeto subimperialista da burguesia interna nas políticas do governo, nos limites de um modelo guiado pela lógica financeira de acumulação.

Pois bem, esta burguesia, que conquistou de forma contínua maiores áreas no centro do poder, pôde abandonar sua posição defensiva adotada nos anos 1990, quando da abertura comercial e financeira indiscriminada, para assumir uma postura mais ofensiva nos anos 2000. Desse modo, teve condições de liderar a frente neodesenvolvimentista que sustentou o Estado como protagonista do processo de expansão capitalista brasileiro. A disputa por poder político contra o capital financeiro levou os grandes grupos econômicos predominantemente nacionais a apoiar fortemente o governo Lula, inclusive no auge da crise política de 2005, considerando que somente com a proteção estatal poderia arregimentar forças para fazer valer seus interesses. Não havia — e não há — pretensão alguma, e muito menos poder para tal, de romper com a lógica financeira do capitalismo contemporâneo (da qual participam ativamente), mas, sim, a necessidade de implementação de um programa de políticas públicas que alavanque sua vantagem competitiva (BOITO JR., 2012a).

4 O SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

Tendo em vista a definição de Marini (1977), segundo a qual o subimperialismo é “*la forma que asume la economía dependiente al llegar a la etapa de lo monopolios y el capital financeiro*”, pode-se concluir que ele se configura como um elemento *estrutural* do capitalismo brasileiro das últimas cinco décadas. Note-se, porém, que como fenômeno dinâmico no tempo, ele se expressa de diferentes formas em cada período histórico, cujas especificidades são definidas por determinado padrão (modelo) de desenvolvimento.

O subimperialismo contemporâneo exhibe alguns elementos que não correspondem exatamente ao que ocorreu no período analisado por Marini (anos 1960/70), tais como o papel do Estado no fortalecimento dos grandes grupos econômicos nacionais através da constituição do capital financeiro (via BNDES), e a maior importância dos setores de menor valor agregado favorecidos pelos recursos públicos — quando, nos anos 1960 e 1970, a tendência foi inversa, ou seja, priorizavam-se os ramos com maior intensidade tecnológica e maior valor agregado. Mas, por outro lado, continua existindo o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades da classe trabalhadora, em que pese algumas medidas que atenuaram em certas questões esse problema²⁷. De qualquer maneira, as categorias que conformam o subimperialismo²⁸, mesmo que demandando certa atualização histórica e teórica, continuam contribuindo para a interpretação do capitalismo brasileiro atual.

Portanto, a constatação de que a Era Lula trouxe algumas novidades não invalida a teoria do subimperialismo, especialmente se não perdemos de vista a essência do fenômeno, qual seja: a capacidade política e econômica da burguesia interna de um país de recuperar parcela de sua riqueza “perdida” para as burguesias compradora e internacional, por meio da apropriação de renda e riqueza de países mais débeis na hierarquia do sistema mundial.

²⁷ Essa é uma questão com várias dimensões contraditórias. Só para exemplificar: por um lado, o Programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, atende, de forma inédita, *algumas* frações da classe trabalhadora com enorme déficit histórico habitacional. Por outro, enquanto o Brasil se tornou o maior exportador mundial de carne, ainda persistem problemas de subnutrição em milhares de pessoas no país (LUCÉ, 2010).

²⁸ Etapa dos monopólios e do capital financeiro; esquema tripartite de realização; hegemonia regional; e cooperação antagônica.

O avanço do subimperialismo contemporâneo reflete o aprofundamento das contradições do capitalismo brasileiro, engendradas, especialmente, pela centralização de capitais nos anos 1990, pelos limites do Modelo Liberal Periférico e pela nova conjuntura internacional dos anos 2000. Mais do que apenas *refletir* as contradições, o subimperialismo dos dias de hoje *reforça* essas contradições. O retorno do protagonismo estatal e a projeção da liderança diplomática e econômica no cenário internacional (FIORI, 2011) não atenuam as condições de dependência externa do país. Pelo contrário, agrava o processo de desindustrialização em curso desde a década de 1980 e a reprimarização da pauta exportadora, intensificando sua vulnerabilidade externa estrutural.

A reorientação estatal e projeção da liderança internacional seria uma espécie de fuga para frente, o que significa que se tenta remediar alguns impactos negativos da dependência sofridos por certas parcelas da classe dominante — ou seja, o vazamento para o exterior de grande parte do mais-valor gerado no país — através de mecanismos que só fazem consolidar a condição de vulnerabilidade externa (vide a prioridade, dada pelo BNDES, aos setores intensivos em recursos naturais). Tanto no plano interno quanto no plano externo, a política prioritária do Estado — depois de cumpridos os compromissos com os rentistas — é favorecer os negócios da grande burguesia interna. Tal orientação, até certo ponto, garante a própria governabilidade e a conservação do padrão de desenvolvimento.

Para uma melhor aproximação das especificidades atuais, segue abaixo uma discussão do subimperialismo de hoje por meio de algumas questões: as relações entre o Estado e os monopólios predominantemente nacionais, o expansionismo externo, o mercado interno, a política de hegemonia regional e a cooperação antagônica com o imperialismo. Não se pretende esgotar o assunto nem se considera que o subimperialismo seja um instrumental teórico acabado (como fenômeno dinâmico, deve estar em permanente construção); apenas se pretende mostrar a pertinência da categoria na interpretação do desenvolvimento brasileiro recente.

4.1 A ÍNTIMA RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E A BURGUESIA INTERNA NA ERA LULA

O casamento da burguesia interna com o governo Lula teve como resultado a reabilitação do protagonismo estatal em várias frentes, desde a promoção de alterações legais para o favorecimento das exportações até o patrocínio da internacionalização de megacorporações brasileiras.

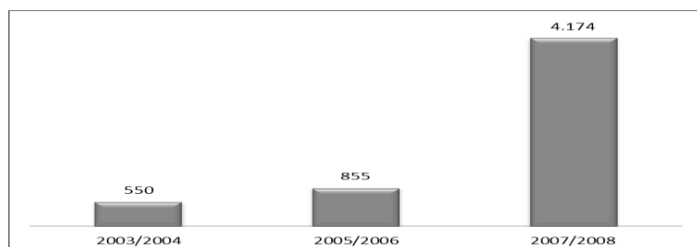
O processo de monopolização dos anos 1990 teve continuidade nos anos 2000 e, mais uma vez, o BNDES se constituiu no principal agente “patrocinador”. Domingos (2012, p. 55) mostra que o BNDES no governo Lula - que, nos anos 1990, “cumpru a função de financiador direto das privatizações em si e das ‘maturações’ técnico-organizacionais nas empresas recém-privatizadas” -, reorientou sua atuação para a conformação do capital financeiro²⁹, promovendo sua integração com os grandes grupos econômicos³⁰ por meio de mercado acionário. O banco direcionou um volume crescente de recursos para os grandes grupos econômicos nacionais, chegando à quase totalidade de meio trilhão de reais no período Lula (TAUTZ *et al.*, 2010). Desse modo, possibilitou a concretização de uma série de fusões e aquisições e a internacionalização dos grupos econômicos nacionais na América do Sul e na África lusófona.

Assim, os oligopólios nacionais já favorecidos pelos governos militares nos anos 1970 e pelas privatizações no governo FHC nos anos 1990, mais uma vez puderam contar com o apoio do Estado para intensificarem ainda mais seus processos de expansão. Recursos públicos e o endividamento público patrocinaram a exportação de capitais para países da América do Sul e da África. O Gráfico 11 mostra a evolução da carteira do BNDES de apoio aos investimentos privados brasileiros na América do Sul.

²⁹ O autor se refere à noção clássica de capital financeiro tal como formulada por Hilferding.

³⁰ No caso, os grupos econômicos não financeirizados organicamente, ou seja, cujo *core business* não eram as finanças.

Gráfico 11 - Apoio do BNDES aos investimentos privados na América do Sul – em US\$ milhões – média bianual



Fonte: Elaboração própria, 2014 com base no texto de FIORI, 2011

A conhecida política dos “campeões nacionais” do BNDES conduziu empresas brasileiras a posições mais vantajosas no *ranking* de multinacionais dos países em desenvolvimento, como se pode conferir na Tabela 2.

Tabela 2 - Posição das empresas transnacionais brasileiras no ranking das 100 maiores empresas transnacionais das economias em desenvolvimento (segundo ativos no exterior)

	2000	2001	2002	2003	2004	2007	2009
Petrobrás	27	26	17	8	12	14	17
Vale S.A.	10	-	21	23	25	12	4
Metalúrgica Gerdau S.A.	30	32	22	31	33	28	21

Fonte: IGLESIAS; COSTA, 2011

A redefinição do BNDES é um marco muito importante na inflexão do padrão de desenvolvimento, mas a reorientação do Estado foi além disso. Houve um significativo crescimento do investimento público nas áreas de infraestrutura social, urbana e de infraestrutura econômica. De acordo com Orair (2012), num primeiro momento, entre 2003 e 2005, os investimentos públicos favoreceram os setores de petróleo e gás e de mineração. Em seguida, ainda tendo como objetivo principal atender à demanda externa, os investimentos aumentaram nos setores de siderurgia e de celulose, dentre outras indústrias capital-intensivo.

O rearranjo no interior das classes dominantes, somado ao realinhamento eleitoral³¹ (SINGER, 2012), favoreceu a segunda inflexão no interior do MLP em 2006/2007³². Nesta

³¹ Conforme demonstrado por Singer (2012), o realinhamento eleitoral ocorreu em 2006 e 2010, transferindo os votos do subproletariado antes dirigidos aos partidos com tradição conservadora para o PT e votos da classe média no sentido contrário.

terceira fase do modelo, foram registradas maiores taxas de crescimento quando comparadas com as duas décadas “perdidas” anteriores, além de uma pequena melhora na distribuição pessoal da renda via aumentos dos salários reais, do crédito e das transferências sociais. Esta foi uma etapa na qual o mercado interno liderou o crescimento econômico — note-se que esse processo foi o resultado de um encadeamento dinâmico iniciado, viabilizado e limitado pela forte demanda chinesa por alimentos e matérias-primas, que aliviou conjunturalmente não somente as restrições externas brasileiras, mas as de todos os países latino-americanos.

O aquecimento do mercado interno fez com que os investimentos escoassem também para outros setores, inclusive os que se relacionam com a melhora da infraestrutura econômica e social. Nesta fase, os investimentos públicos, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Plano Brasil Maior e os financiamentos diretos e indiretos de investimentos privados em infraestrutura econômica foram estratégicos para garantir a sustentabilidade do padrão de desenvolvimento. A continuidade do crescimento econômico, do emprego e da renda (cruciais para a manutenção de uma estabilidade mínima da frente neodesenvolvimentista) dependia da construção de “rodovias, ferrovias, aeroportos, energia elétrica, petróleo e gás natural, biocombustíveis e telecomunicações”, as quais constituem precisamente a infraestrutura econômica exigida pelo setor produtivo (ORAIR, 2012).

Ora, as políticas do Estado que promoveram este tipo de investimento elevaram de forma muito significativa a rentabilidade de oligopólios formados desde os anos 1970, como a Camargo Corrêa, a Odebrecht e a Andrade Gutierrez, por exemplo. É verdade que isso também já vinha aumentando há muito mais tempo, desde a desvalorização cambial em 1999 e desde que houve uma tendência de diversificação no setor da construção civil em direção às *commodities* (TAUTZ *et al.*, 2010). Mas as mineradoras, parte da indústria de transformação – como a automobilística, a de alimentos e bebidas, por exemplo - e as grandes construtoras tornaram-se peças-chave na sustentabilidade do MLP.

³² A primeira inflexão foi após a crise de 1999, quando se implementou o segundo regime de política econômica: o tripé macroeconômico em sua forma mais ortodoxa.

Essa relação cada vez mais íntima entre a burguesia interna e o Estado se revelou e se aprofundou de forma ainda mais explícita após a crise econômica mundial de 2008. A reação do governo Lula à crise, mesmo que retardatária, se expressou, entre outras medidas, na implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Ao mesmo tempo em que atendia às necessidades de expansão da construção civil, o programa garantiu a continuidade da geração de empregos num momento em que a situação internacional se reverteu completamente.

No governo Dilma, quando ficou muito mais difícil impedir a contaminação da economia brasileira pela crise europeia, tem-se assistido a uma série de incentivos fiscais e outros estímulos com vistas a salvar o grande capital industrial: redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para consumidores e empresários, abatimento de impostos para exportadores, redução de tributos no setor de construção civil em imóveis destinados à baixa renda, grandes reduções nas taxas de juros do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, num desafio inédito aos bancos privados, entre tantos outros estímulos para dinamizar a economia.

Enfim, o Estado foi essencial para a expansão do capitalismo brasileiro em várias frentes: através do BNDES elevou o crédito, o financiamento e tornou-se sócio do grande capital, permitindo fusões, aquisições e a internacionalização dos grandes grupos nacionais; através de investimentos públicos, tais como o PAC e o PMCMV, e através de subsídios e isenções ao capital monopolista. Sob novas formas, a etapa dos monopólios e do capital financeiro se reafirma e se aprofunda no subimperialismo brasileiro.

4.2 O AVANÇO DA EXPORTAÇÃO DE CAPITAIS BRASILEIROS

O capitalismo brasileiro recente, mesmo quando o mercado interno passou a ser o carro-chefe do crescimento econômico, jamais descuidou do *front* externo. A expansão do mercado doméstico não foi páreo ao agigantamento das corporações brasileiras, cujas necessidades de investimento e de exportações estavam muito além daquele crescimento. Dessa forma, a Petrobrás, a Gerdau, a Camargo Correa, a Friboi, a Andrade Gutierrez e a Odebrecht, por

exemplo, passaram a marcar presença ativa em diversos países sul-americanos, com a Bolívia, o Peru, a Argentina, o Uruguai e o Equador.

A marca que diferencia o expansionismo externo do século XXI daquele que ocorreu nas décadas de 1960/70 é que as relações entre o Brasil e os países sul-americanos se intensificaram mais pela via da exportação de capitais do que da exportação de mercadorias³³. Nos países do MERCOSUL, 93% do IDE foi realizado pelo Brasil, conforme o Informe Mercosur nº 12, do BID-INTAL, 2006-2007 (FONTES, 2010). No final do segundo governo Lula, o Brasil controlava 50% dos investimentos diretos de toda a América do Sul (LUCE, 2010).

O que se percebe, portanto, é que apesar de o neoliberalismo se manifestar e se impor sobre toda a região, existe uma diferença essencial que se interpõe entre o Brasil e os demais países sul-americanos: o Estado e os grupos econômicos brasileiros são sujeitos decisivos — em conjunto com o capital imperialista — para o processo de desnacionalização das demais economias do continente (LUCE, 2010).

Mas o subimperialismo brasileiro de hoje não é o mesmo de ontem: o novo eixo dinâmico é constituído por empresas produtoras de bens de baixo valor agregado. Entretanto, em termos relativos, o Brasil possui uma estrutura produtiva mais diversificada e mais complexa. Por isso, mesmo em pleno processo de desindustrialização, a economia brasileira tem o poder de induzir seus vizinhos a uma superespecialização produtiva aprofundando a situação de dependência destes países (LUCE, 2011).

A necessidade de garantir o fornecimento de matérias-primas, fontes de energia e mercados para as exportações brasileiras foram (e continuam sendo) satisfeitas por diversos meios: (i) pelas fusões e aquisições; (ii) pela importação de energia e matérias-primas baratas: são

³³ O que não implica dizer que as exportações estavam estagnadas. Muito pelo contrário, a tendência estimada das exportações industriais brasileiras para a América Latina foi bastante ascendente entre o primeiro trimestre de 2003 e o terceiro trimestre de 2008, conforme estudo de Cunha, Lélis e Bichara (2013).

necessárias para a redução dos custos de produção, elevando a competitividade das empresas brasileiras; (iii) pela remodelação de territórios: a estrutura logística é estratégica para o escoamento mais eficiente de produtos brasileiros para os mercados asiáticos, acelerando o tempo de rotação do capital (LUCE, 2010).

A expansão das multinacionais brasileiras para a América do Sul transcende as necessidades expostas acima (FONTES, 2010):

trata-se da exploração da força de trabalho em outros países (IRLS, 2009, *passim*): não se trata mais de mera exportação de produtos, mas da submissão de trabalhadores de outras nacionalidades à truculência característica da expansão burguesa brasileira, com o uso de milícias, informações privilegiadas, aplicando no exterior as práticas que aqui conhecemos, tanto da parte de empresas brasileiras quanto de multinacionais aqui implantadas (grifo da autora).

Em nota de rodapé, essa autora continua chamando a atenção para alguns dos impactos sociais do subimperialismo brasileiro no exterior:

Ver as denúncias de assassinatos de trabalhadores e de corrupção promovidos pela Odebrecht no Equador em Landivar (2009, p. 116-126) e, sobretudo, o impressionante dossiê elaborado sobre os impactos e violações da Vale no mundo, resultado do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, realizado no Rio de Janeiro, em abril de 2010. (FONTES, 2010).

4.3 CLASSE TRABALHADORA: A EMERGÊNCIA DA IMPORTÂNCIA DE SEGMENTOS PRECARIZADOS NO MERCADO INTERNO

Os efeitos da superexploração da força de trabalho não são os mesmos quando se confrontam os dois períodos históricos de comparação do subimperialismo brasileiro (anos 1960/70 e anos 2000). Antes, ela impediu o desenvolvimento de uma parcela importante do mercado interno, aquele destinado à baixa renda, o que levou a economia a redirecionar seus esforços para a dinamização do mercado de bens suntuários. Mas no atual padrão de reprodução do capital, a classe trabalhadora foi — e é — um fator importante para a valorização do capital financeiro através do consumo financiado por várias modalidades de linhas de crédito.

Desde 2006, como se sabe, o governo Lula promoveu uma inflexão em sua política econômica de modo que o mercado interno se tornou a locomotiva do crescimento no país. No atual regime de crescimento³⁴, uma fração importante deste mercado se encontra justamente em uma parcela da classe trabalhadora, definida indevidamente, por alguns autores e o próprio governo, como sendo uma “nova classe média”³⁵.

Além de a política expansionista ser apontada como a causa mais imediata (questão discutida mais adiante), podem-se levantar alguns fatores estruturais que se colocaram como condicionantes para a ampliação do consumo dos trabalhadores.

O *primeiro* e mais importante condicionante foi o novo ciclo de crescimento internacional, no qual o dinamismo da China se colocou como a grande causa do crescimento das exportações brasileiras e, conseqüentemente, da redução da vulnerabilidade externa conjuntural do país. O enorme afluxo de divisas deu espaço de manobra para o governo, que a partir da melhora nos indicadores de vulnerabilidade³⁶ pôde, por exemplo, reduzir a meta de superávit primário e, assim, adotar uma nova política de salário mínimo e expandir o crédito.

O *segundo* condicionante é que o país melhorou significativamente seu sistema de crédito (em comparação com o seu próprio passado), a partir de sua integração ao circuito de valorização financeira localizado no centro do sistema econômico contemporâneo. Portanto, a oferta de crédito, elemento indispensável da nova fase do MLP, passou a ser mais atrativa para as instituições financeiras, especialmente quando as taxas de juros — mesmo ainda estando entre as mais altas do mundo — não se encontram nos mesmos níveis de antes.

A indústria de transformação, especialmente a de bens duráveis, é uma das frações do capital que também depende de tais estímulos. Sem o crédito, o aumento do salário mínimo não teria

³⁴ O atual regime de crescimento é uma referência à fase do tripé macroeconômico em sua versão flexibilizada (período que começou a partir de 2006).

³⁵ A objeção à ideia se apoia nas críticas de Pochmann (2012) e Luce (2013a).

³⁶ Serviço da dívida/exportações; Dívida total/PIB e Dívida total/exportações.

dado conta do volume de transações ocorridas no comércio, dada a forte exploração do trabalhador.

Um *terceiro* elemento que contribuiu para o maior consumo dos assalariados foi a convergência entre dois fatores: (i) de um lado, uma trajetória de lutas políticas cujas demandas sociais se acumularam por, pelo menos, três décadas e, de outro, (ii) a ascensão do PT ao governo. Mesmo que sob um espírito mais comprometido com a ordem macroeconômica (SINGER, 2012), o pragmatismo político induziu o governo Lula a buscar o apoio das massas, especialmente após a direitização de amplos setores da classe média a partir do final do primeiro mandato.

Feitas as três ressalvas acima, pode-se dizer que o que determinou o aquecimento doméstico, especialmente entre 2006 e 2008, foi a política econômica expansionista. Ela promoveu: (i) o aumento do emprego formal, (ii) o aumento real do salário mínimo, (iii) a expansão do crédito ao consumidor e (iv) a ampliação dos programas de transferências de renda.

O impacto do maior poder de compra conquistado pelo trabalhador pode ser observado através da participação de cada estrato de renda no consumo de eletrodomésticos, verifica-se que as famílias com renda mensal entre 3 e 10 salários mínimos, que tinham uma participação de 27%, em 2002, passaram a ter uma participação de 45%, em 2010. Enquanto isso, as famílias com renda a partir de 10 salários mínimos perderam participação, caindo de 55%, em 2002, para 37%, em 2010. As famílias cuja renda era de até três salários mínimos mantiveram-se relativamente estagnadas (LUCÉ, 2013a).

Frações da classe trabalhadora ficaram na mira ainda do capital imobiliário, através do Programa Minha Casa, Minha Vida (ARANTES; FIX, 2009). Não porque seja a fração de classe com maior déficit habitacional. Pelo contrário, mais de 82% desse déficit se encontra na faixa de renda com menos de três salários mínimos. Mas, dado o tratamento capitalista dispensado a essa questão social, o interesse econômico das empresas naturalmente recai sobre as famílias com renda entre 3 e 10 salários mínimos, para quem a oferta prevista era de 60% das unidades residenciais (ARANTES; FIX, 2009). Sem capacidade de atender por conta

própria essa camada da população, as construtoras e incorporadoras dependem de grandes subsídios estatais (FIX, 2011). Nas palavras desta autora,

o volume de subsídios que o pacote ofereceu na sua primeira edição, 34 bilhões de reais, era de fato inédito na história do país: nem mesmo o BNH dirigiu tantos recursos à baixa renda numa única operação. (FIX, 2011, p. 140).

Ainda segundo ela:

O Minha Casa Minha Vida alçou a habitação a problema nacional de primeira ordem, mas o definiu segundo critérios do capital, ou da fração do capital representada pelo circuito imobiliário, e do poder, mais especificamente, da política eleitoral. O programa articula um problema social real e importante, a falta de moradias dignas, à mobilização conformista do imaginário popular e aos interesses capitalistas. Responde, a um só tempo, a problemas de *acumulação*, por meio da injeção de recursos no circuito imobiliário (construção de edificações e construção pesada, indústria de materiais e componentes, mercado de terras) e *legitimação*, ao responder à pressão das lutas sociais do ponto de vista da demanda por habitação e por emprego. Guardadas as diferenças – sem dúvida significativas e importantes – são claros os paralelos com a história do BNH. (FIX, 2011, p. 141, grifos da autora).

Por conta disso, o fato de um universo de trabalhadores passar a consumir bens e serviços antes só disponíveis às classes média e alta levou à criação da ideia de uma “nova classe média”. Neste contexto, se propaga como um grande mérito do governo Lula a (discreta) distribuição *pessoal* de renda, abafando-se com isso, o debate da extrema desigualdade da distribuição *funcional* de renda.

Mais do que isso, as contrapartes do *boom* do consumo nem sempre são analisadas, com exceção do problema do endividamento familiar e da inadimplência, que são questões, também, para os críticos de direita. De qualquer forma, a alta dependência do crédito e as dificuldades para pagar as parcelas dos financiamentos pelos segmentos precarizados da classes trabalhadora, revela a insuficiência do salário mínimo e uma demanda reprimida por uma extensa gama de bens e serviços são alguns dos indicativos da persistência da superexploração do trabalho nos dias de hoje.

Mas existe outra questão fundamental normalmente ignorada a respeito do *boom* do consumo: o aumento do desgaste da força de trabalho (OSÓRIO, 2012). Em primeiro lugar, pode-se

constatar isso analisando a série histórica do salário mínimo desde sua criação, em 1940. Mesmo considerando o aumento real do salário mínimo³⁷, em 2011, seu valor “corrente apresentava menos da metade do poder de compra na comparação com o ano de sua criação” (LUCE, 2013). Em segundo lugar, para consumir mais, os trabalhadores tiveram que se submeter a jornadas mais extenuantes de trabalho, em comparação aos anos 1990, conforme dados examinados por este último autor; e em terceiro, ocorreu um aumento da intensidade do trabalho, que pode ser detectado, por exemplo, através de dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que mostram que o número de acidentes de trabalho quase dobrou no país entre 2002 e 2008 (LUCE, 2013a).

E, por fim, cabe considerar que a expansão do consumo também contou com o barateamento de vários produtos integrados à cesta de consumo dos trabalhadores³⁸ (LUCE, 2013). A China e países vizinhos contam com baixíssimos níveis de remuneração da mão-de-obra, que somado com sua elevada produtividade, deflacionou bastante os preços, facilitando o *upgrade* na cesta de consumo dos trabalhadores brasileiros.

4.4 A REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA

Durante o governo Lula, o Estado adotou uma política externa relativamente autônoma, no sentido de garantir uma esfera própria de influência na América do Sul, de forma a integrá-la ao circuito de valorização do capitalismo brasileiro. Na condição de país subalterno, especialmente em relação aos Estados Unidos, a luta pela hegemonia regional do Brasil se constituiu num jogo geopolítico bastante complexo, no qual não poderia haver a pretensão de contestação do imperialismo estadunidense, mas era preciso conter parte de seus avanços na América do Sul. Para isso, foi preciso muita flexibilidade para atender as demandas dos EUA sem comprometer os interesses da burguesia brasileira. Como discutido em tópico anterior, a *política de hegemonia regional* tem uma íntima relação com as relações da chamada *cooperação antagônica* no subimperialismo.

³⁷ Conforme Osório (2012b), “a ideia de remunerar a força de trabalho por seu valor não pode ser reduzida a um assunto puramente salarial. [...] o salário é importante, mas não é o único elemento”.

³⁸ Muitos deles devido à forte competitividade chinesa.

O estabelecimento de uma relação comercial superavitária com os países sul-americanos, a superexploração dos trabalhadores dos países vizinhos, a degradação ambiental no continente provocada pelas multinacionais brasileiras, os danos sobre as comunidades indígenas locais, enfim, o aprofundamento das assimetrias entre o Brasil e os demais países da região e os impactos negativos decorrentes, exigem, além do poder econômico, uma amplificação do poder político no sistema mundial. Em outras palavras, no caso de um país dependente, como não é possível optar pela coerção, a hegemonia é estritamente por meio de consentimento.

Nesse sentido, o Brasil se reorientou diplomaticamente, buscando obter mais peso na comunidade internacional, lançando mão de múltiplas estratégias: procurou um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, defendeu uma política nuclear com fins pacíficos no Irã, fez um acordo militar com a França e recorreu a uma série de outros mecanismos a fim de melhorar sua posição no mundo e construir uma imagem positiva em seu projeto de “integração regional” (FIORI, 2011, p. 18; LUCE, 2007).

Por outro lado, nos termos da cooperação antagônica, o Brasil precisava da “licença” dos EUA para o exercício da hegemonia regional. Mas, nos limites do possível, não abriu mão de sua autonomia relativa. Assim, adotou uma dupla agenda — a de liberalização e a de estabilização — na qual se procurou solucionar ou aliviar certas contradições. Em relação à agenda de liberalização, podem ser relacionados alguns fatos: negociações na OMC (em Cancún e Hong Kong), autorização para cultivos transgênicos, a os projetos de integração física regional da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) e a política dos agrocombustíveis, entre outros. Em relação à agenda de estabilização, de um modo geral, o Brasil se propôs a ser um amortecedor das lutas anti-imperialistas que ocorriam na Venezuela, na Bolívia e no Equador, procurando através de suas ações em diversos eventos, garantir os interesses da Petrobrás e obter prestígio e reconhecimento tanto dos EUA quanto dos países sul-americanos (LUCE, 2007).

5 CONCLUSÃO

A ideia mais geral deste trabalho foi a retomada do debate político-intelectual ocorrido entre cientistas sociais nas décadas de 1960 e 1970 sobre o capitalismo *sui generis* na América Latina, de modo a recuperar uma determinada forma de se interpretar a formação econômico-social brasileira. Tem se constatado, o retorno, no cenário nacional dos últimos 15 anos, do conflito entre os paradigmas da modernização e da dependência³⁹. Neste contexto, o enfoque da modernização é claramente hegemônico na academia, na política e na grande mídia, e sua manifestação pode ser observada, dentre outras maneiras, através de expressões recorrentes tais como “país em desenvolvimento”, “país emergente” ou até mesmo “potência emergente”. Considerando que o paradigma da dependência possui um potencial explicativo ainda subaproveitado, mais especificamente a Teoria Marxista da Dependência (TMD), nos propusemos a participar do trabalho coletivo de resgate e atualização crítica que está em andamento nos últimos anos.

A inserção neste tema se deu por meio da participação em projetos de pesquisa a respeito da natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro. Nestes estudos, observamos que em grande parte da literatura sobre o desenvolvimento brasileiro recente — correntes heterodoxas aí incluídas — uma parcela considerável das relações que constituem a formação econômico-social do país é absolutamente diluída num mar de fenômenos atomizados, cujas consequências são a redução da inteligibilidade da dinâmica do sistema econômico e a perda de rigor metodológico.

Sugerimos que é possível se caminhar num outro sentido, levando às últimas consequências a abordagem sistêmica do capitalismo brasileiro, como o fez Ruy Mauro Marini, em sua Teoria Marxista da Dependência. Esta teoria, mesmo que necessite de uma atualização histórica e de aperfeiçoamento teórico, não resvala para nenhum tipo de reducionismo, seja aquele que autonomiza as partes fragmentadas, ou as abordagens holistas, que se centram no todo em detrimento das partes que o constituem. O paradigma da dependência oferece uma riqueza

³⁹ Quem afirmou a existência deste conflito foram os economistas suecos Magnus Blomstrom e Bjorn Hettne (*apud* DOS SANTOS, 1998).

analítica muito grande, pois seu arcabouço teórico internaliza a dinâmica externa e externaliza seus elementos internos, preservando a perspectiva totalizante da estrutura social.

No entanto, nossa proposta foi trabalhar num nível menos abstrato (ou mais concreto) que a TMD. Por isso, fizemos uma integração analítica entre o conceito de padrão de desenvolvimento de Filgueiras (2013), cuja formulação, em geral, é possível compatibilizar com a economia política da dependência e o conceito de subimperialismo.

Tal como a visão de Marini, o desenvolvimento em Filgueiras é concebido como o desenvolvimento capitalista das forças produtivas, que, como se pode perceber, é totalmente distinta da concepção idealista dos enfoques da modernização. A noção de *padrão* de desenvolvimento decorre da especificidade de como o capital se reproduz em cada período histórico e em cada país, isto é, o processo de desenvolvimento capitalista se transforma no tempo e no espaço, provocando alterações substanciais “nos planos econômico, social, político, cultural e ambiental” (FILGUEIRAS, 2013, p. 7).

Esta noção se aproxima, inclusive, da categoria formulada por Osório (2012b) a partir de Marini, qual seja, a noção do *padrão de reprodução do capital*, que foi proposta para “dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados”. A maior diferença é que cada noção pertence a distintos níveis de abstração, sendo que a de Filgueiras avança num maior nível de concretude, pois foi pensado para historicizar o desenvolvimento capitalista num único país, no caso, o Brasil, enquanto que Osório se orientou, especialmente, ao âmbito regional (América Latina).

Por se situar num nível mais concreto, o bloco no poder se constitui no primeiro atributo definidor do padrão de desenvolvimento, pois expressa a forma como os interesses de cada fração da burguesia são hierarquizados no interior do Estado. A forma como o capitalismo se desenvolve numa época histórica específica no interior de um espaço nacional é subordinada aos interesses da fração burguesa que hegemoniza o bloco no poder. A incompreensão de sua dinâmica prejudica a interpretação do modelo de desenvolvimento.

A identificação do bloco no poder como atributo essencial no padrão de desenvolvimento expressa o espírito da Economia Política e supera em larga escala as análises unilaterais do tema — seja na Economia, na Ciência Política ou nas Relações Internacionais — que recorrentemente incorrem no economicismo ou no politicismo.

Pois bem, percebemos que o subimperialismo é uma categoria que ajuda significativamente na interpretação do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e, mais do que isso, contribuiu, de forma decisiva, para refutar a ideia de que o governo Lula ressuscitou o desenvolvimentismo, mesmo porque este último também não passa de uma ideologia. Com a categoria de Marini, pudemos estabelecer os nexos entre as várias facetas da dinâmica socioeconômica brasileira, nos aproximando, assim, de uma visão totalizante da realidade do país, bem como de suas reais possibilidades de superar seus problemas.

Vimos que a expansão do capitalismo brasileiro beneficia, fundamentalmente, os setores monopolistas da burguesia, seja do setor financeiro ou produtivo, e que o desenvolvimento brasileiro implica numa melhoria marginal nas condições de vida para a maioria de sua população. Em que pese avanços pontuais significativos como o aumento do salário mínimo, do crédito, do emprego formal e das transferências sociais, a natureza estrutural da superexploração da força de trabalho está na raiz da ofensiva subimperialista, pois diferentemente dos países ricos, a classe trabalhadora tem um papel *relativamente* reduzido na dinâmica do eixo produtivo do país.

Portanto, esperamos ter contribuído para desfazer a ideia de que houve qualquer espécie de desenvolvimentismo. O protagonismo estatal, como vimos, está diretamente relacionado com as necessidades de expansão dos monopólios predominantemente nacionais e dos internacionais, expressão, em boa medida, na conjuntura internacional favorável que observamos a partir de 2001/2002.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Niemeyer. Os países em desenvolvimento estão se tornando desenvolvidos? **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, v.1, n. 2, p.35-50, jul./dez. 2011.

_____. Superexploração da força de trabalho e concentração de riqueza: temas fundamentais para uma política de desenvolvimento no capitalismo periférico brasileiro. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer. **Desenvolvimento e dependência**: catédra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013. p. 167-187.

ARANTES, Pedro Fiori; FIX, Mariana. **Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida**. Disponível em:

<www.correiodadania.com.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=66&Itemid=171>. Acesso em: 1 out. 2012.

BAMBIRRA, Vânia. **Teoría de la dependencia**: una anticrítica. México D.F.: ERA, 1983.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Série histórica do balanço de pagamentos**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. A crise e o subterrâneo da "velha toupeira capitalista". In: BARROSO, Aloísio Sérgio; SOUZA, Renildo (Orgs.). **A grande crise capitalista global 2007-2013**: gênese, conexões e tendências. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2013. p. 23-34.

BOITO JR., Armando. A burguesia no governo Lula. In: BASUALDO, Eduardo; ARCEO, Enrique (Orgs.). **Neoliberalismo y sectores dominantes. tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: Clacso Libros, 2006. p. 237-264.

_____. A nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia (Org.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda Editorial, 2012a. p. 69-106.

_____. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. In: FÓRUM DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 9., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Escola de Economia de São Paulo da FGV, 2012b. Disponível em: <<http://eesp.fgv.br/node/112505>>. Acesso em: 08 out. 2012.

BRAGA, José Carlos. Qual conceito de financeirização compreende o capitalismo contemporâneo? In: BARROSO, Aloísio Sérgio; SOUZA, Renildo (Orgs.). **A grande crise capitalista global 2007-2013**: gênese, conexões e tendências. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Gabrois, 2013. p. 117-136.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 4, p. 663-686, out./dez. 2010.

CARCANHOLO, Marcelo. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v.11, n. 1, p.191-205, 2013.

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 191-211.

CUNHA, André; LÉLIS, Marcos; BICHARA, Julimar. Impactos da ascensão da China na inserção internacional do Brasil. In: CASTRO, Inez (Org.). **Novas interpretações desenvolvimentistas**. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado, 2013. p. 289-370.

DOMINGOS, Flávio. **Conglomerados nacionais e estado na constituição do capital financeiro no Brasil: uma análise a partir da carteira de ações do BNDES (2002-2010)**. 141f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, UFBA, Salvador, 2012.

DOS SANTOS, Theotônio dos . **A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico**. Disponível em: <<http://www.reggen.org.br/midia/documentos/ateoriadadependencia.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

FILGUEIRAS, Luiz. A crise geral do capitalismo: possibilidades e limites de sua superação. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 30, p. 21-27, 2010.

_____. A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização. In: CASTRO, Inez Silvia Batista (Org.). **Novas interpretações desenvolvimentistas**. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado, 2013. p. 371-450.

FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET, Celeste; BALANCO, Paulo. Modelo liberal periférico e bloco no poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: CORECON (Org.). **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 35-69.

FILGUEIRAS, Luiz; OLIVEIRA, Elizabeth. A crise econômica mundial do capitalismo. In: BARROSO, Aloísio Sérgio; SOUZA, Renildo (Orgs.). **A grande crise capitalista global 2007-2013: gênese, conexões e tendências**. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2013. p. 77-97.

FIORI, José Luís. **Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internaiconal soberana**. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011. (Textos para discussão CEPAL/IPEA, n. 42).

FIX, Mariana. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. 288 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, SP, 2011.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/ UFRJ, 2010.

GORENDER, Jacon. Apresentação. In: MARX, Karl (Org.). **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 5-66. v. I, l. I.

IGLESIAS, Roberto; COSTA, Katarina. Mapa do investimento brasileiro na América do Sul e no México: análise das informações do IndexInvest Brasil. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, n. 109, p. 4-21, dez. 2011.

LUCE, Mathias Seibel. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)**. 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

_____. **Brasil va tras la energía y las materias primas de Bolivia y de Sudamérica**. Disponível em: <<http://plataformaenergetica.org/content/2432>>. Acesso em: 23 dez. 2013.

_____. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital**. 2011. 225 f. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

_____. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 169-190, jan./abr. 2013.

_____. Subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. **Crítica Marxista**, São Paulo, p. 129-141, 2013.

MARCONI, Nelson; ROCHA, Marcos. **Insumos importados e evolução do setor manufatureiro no Brasil**. Brasília: IPEA, 2012. 64 f. (Texto para discussão, n. 1780).

MARINI, Ruy Mauro. **La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo**. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/006_acumulacion_es.htm>. Acesso em: 13 nov. 2012.

_____. Dialética da dependência. In: SADER, Emir S. (Org.). **Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 105-165.

_____. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012a. p. 21-35.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012b.

MARQUES, Pedro. **Dependência e superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Brasília: IPEA/ABET, 2013. 130 p.

MARTINS, Carlos Eduardo. O pensamento latino-americano e o sistema mundial. In: LEVY, Bettina (Org.). **Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 153-216.

MARTINS, Carlos Eduardo. A teoria da conjuntura e a crise contemporânea. **Polis, Revista de la Universidad Bolivariana [on-line]**, n. 8, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v8n24/art18.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2013.

_____. O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: IPEA, 2013. p. 15-47.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Economia e política do desenvolvimento recente na China. **Revista de Economia Política**, v. 19, n. 3, p.92-112, jul./set. 1999.

_____. Instituições e desenvolvimento econômico: uma nota crítica ao “nacionalismo metodológico”. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 637-645, dez. 2010.

ORAIR, Rodrigo. Retomada recente do investimento do setor público no Brasil e os desafios do padrão de financiamento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 17., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2012. Disponível em: <www.sep.org.br>. Acesso em: 25 maio 2012.

OECD. **STAN bilateral trade database by industry and end-use category**. Disponível : <<https://stats.oecd.org/index.aspx?queryid=32186>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

OSÓRIO, Jaime. **Crítica de la economía vulgar. Reproducción del capital y dependencia**. México: M. A. Porrúa-UAM, 2004.

_____. **Fundamentos del analisis social: la realidad social y su conocimiento**. México: FCE, UAM Xochimilco, 2012a.

_____. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012b. p. 37-86.

_____. Fundamentos da superexploração. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: IPEA, 2013. p. 49-70.

OURIQUES, Nildo. Apresentação. In: MARINI, Ruy Mauro (Org.). **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012. p. 13-22.

PINTO, Eduardo Costa. O Eixo Sino-Americano e as Transformações do Sistema Mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras. In: LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa; ACIOLY, Luciana (Orgs.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011. p. 19-77.

POCHAMNN, Marcio. **Nova classe média? o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

PRADO, Eleutério. **Economia, complexidade e dialética**. São Paulo: Plêiade, 2009.

_____. **Complexidade e práxis**. São Paulo: Plêiade, 2011.

PRADO, Fernando Correa. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. **Comunicação & Política**, v. 29, n. 2, p. 68-94, 2011.

PRADO, Fernando Correa; CASTELO, Rodrigo. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. **Revista Pensata**, São Paulo, v. 3, n. 1, p.10-29, nov. 2013.

PRADO, Fernando; MEIRELLES, Monika. Teoria marxista da dependência revisitada. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 169-190.

SADER, Emir. **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Angelita Matos. Crítica à noção de subimperialismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 36, p. 143-151, 2013.

SOUZA, Nilson Araújo de. Teoria marxista das crises, padrão de reprodução e "ciclo longo". In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: IPEA, 2013. p. 189-230.

SOUZA, Renildo; BARROSO, Aloísio Sérgio. A maior crise em 70 anos. In: BARROSO, Aloísio Sérgio; SOUZA, Renildo (Orgs.). **A grande crise capitalista global 2007-2013: gênese, conexões e tendências**. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2013. p. 327-350.

TAUTZ, Carlos; SISTON, Felipe; PINTO, João; BADIN, Luciana. O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário. In: CORECON (Org.). **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 249-286.

UNCTAD. **Trade and development report**. Disponível em: <http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/tdr2013_en.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2014.

VIEIRA, Pedro. O nacionalismo metodológico no pensamento social latinoamericano e a análise dos sistemas-mundo como possibilidade de sua superação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 18., 2013, Belo Horizonte. **Anais...** São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2013. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/upload/article/3000/3022.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2013.